

SINTRA.
LUGAR DA

Educação

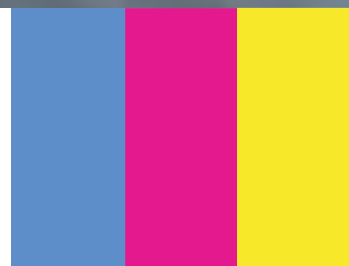
Sintra ES+

ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO EM SINTRA

UM GUIA PARA O MUNICÍPIO DE SINTRA

SINTRA

| Um lugar que é nosso.



Estratégias para a promoção do Sucesso Educativo em Sintra

UM GUIA PARA O MUNICÍPIO DE SINTRA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Agrupamento de Escolas

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CNE – Conselho Nacional de Educação

DAC – Domínios de Autonomia Curricular

DGE – Direção-Geral da Educação

EB – Escola Básica

EE – Encarregados de Educação

ENEC – Estratégia Nacional para a Cidadania

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

PAFC – Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular

PCA – Percursos Curriculares Alternativos

PEPT – Programa de Educação Para Todos

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

FICHA TÉCNICA

Título: Estratégias para a Promoção do Sucesso Educativo em Sintra

Autores: Equipa de Projeto SintraES+, Mafalda Ribeiro, Mariana Nunes, Sandra Machado e Sérgio Félix

Data: janeiro 2020

Projeto desenvolvido no âmbito dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar promovido pela Câmara Municipal de Sintra.

Direitos de autor: Qualquer solicitação para fotocópia, gravação, transmissão e/ou reprodução de qualquer parte deste documento deve ser dirigida ao município de Sintra: ded@cm-sintra.pt

Índice

Sintra	6
Apresentação do Caderno	10
Introdução	12
1. 45 Anos de educação em Portugal	14
2. Nova conceção de escola: De todos e para cada um	19
3. Autonomia e flexibilidade curricular: Desafios e oportunidades	24
4. Boas práticas	35
1. Flexibilidade curricular	36
2. Dinâmicas de trabalho e práticas pedagógicas	38
3. Comunidade e escola	44
4. Educação para a cidadania	46
5. Novas práticas avaliativas	48
6. Outros projetos e iniciativas	50
Notas Finais	55
Referências Bibliográficas	56



Sintra

Um concelho com 11 freguesias



Figura 1: freguesias do Concelho de Sintra

Fonte: <http://www.cm-sintra.pt/institucional/juntas-de-freguesia>

Caracterização Sociodemográfica do Concelho de Sintra

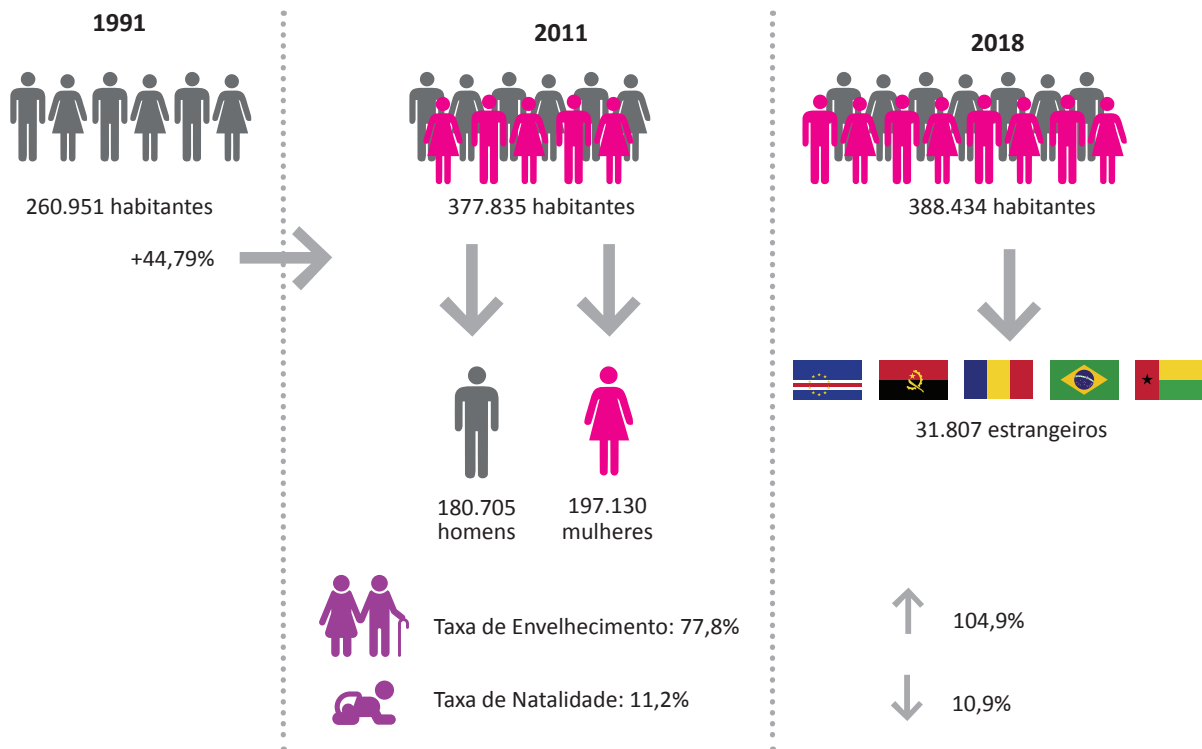


Figura 2: caracterização sociodemográfica do Concelho de Sintra
 Fonte: PORDATA (2018) e Censos 2011

Caracterização Sociodemográfica do Concelho de Sintra

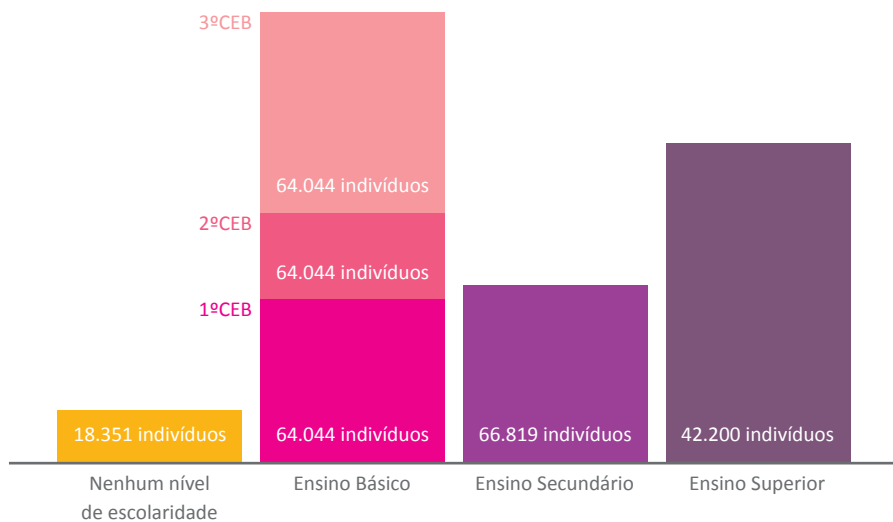


Figura 2: caracterização do nível de escolaridade da população do Concelho de Sintra
 Fonte: PORDATA (2018)

Caracterização da realidade educativa do Concelho de Sintra

20 Agrupamentos de Escolas e 1 Escola Secundária não agrupada

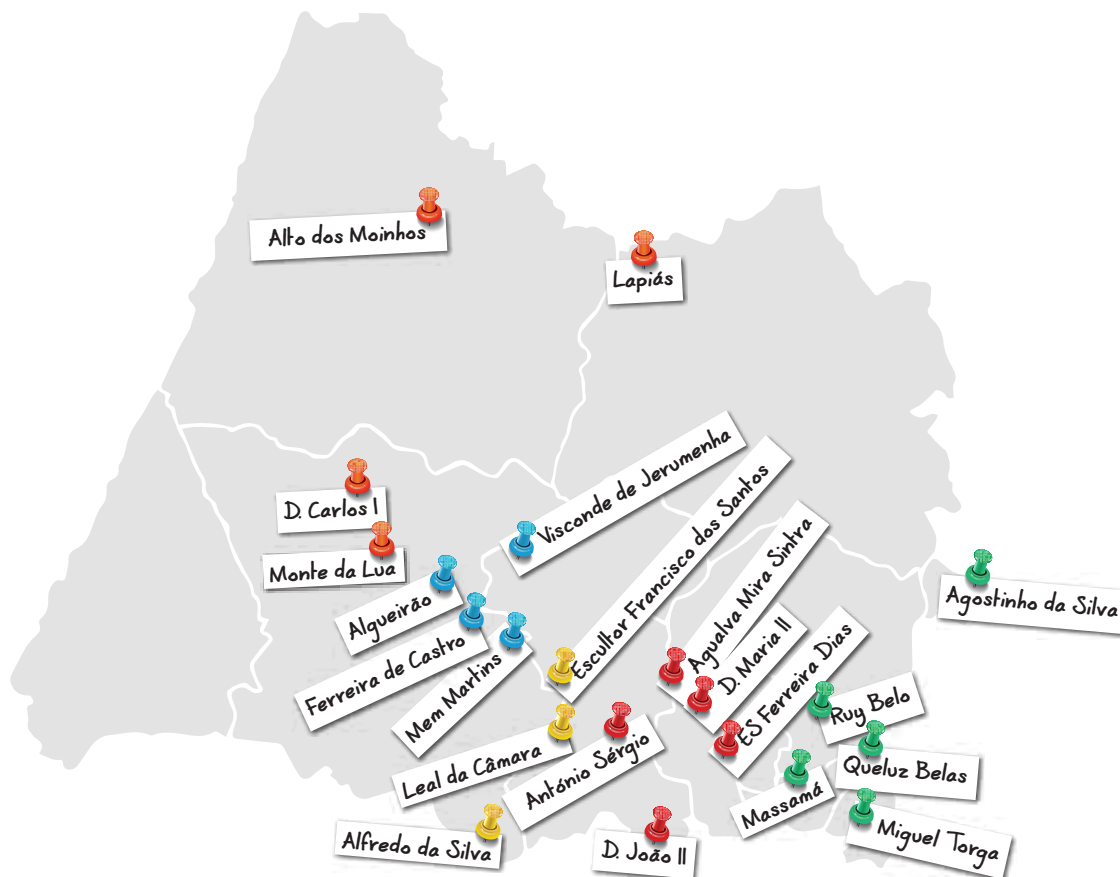


Figura 4: agrupamentos de Escolas do Concelho de Sintra

População Escolar do Concelho de Sintra no ano letivo de 2017/2018: 57.707 alunos

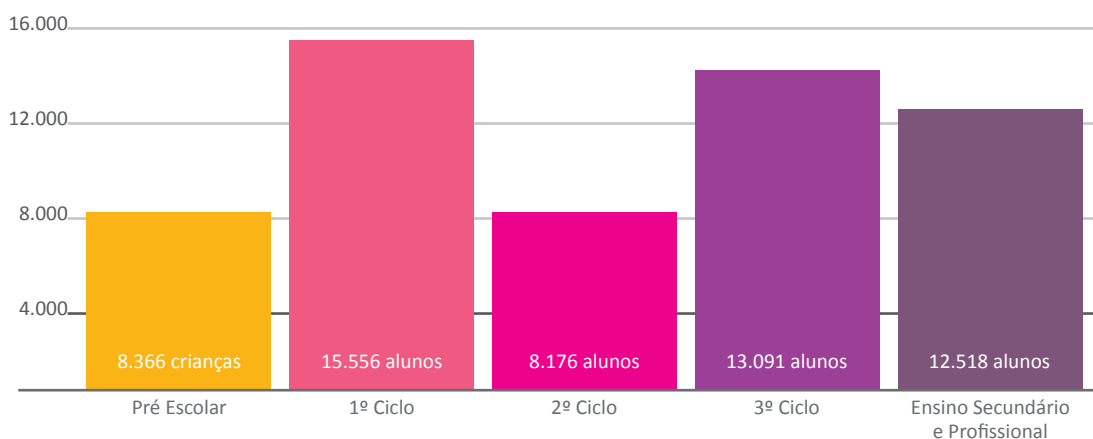


Figura 5: população escolar no ano letivo 2017/2018

Fonte: PORDATA (2018)

Resultados Escolares no Concelho de Sintra

Os resultados escolares no concelho de Sintra têm tido uma evolução bastante positiva desde 2008/2009, sendo que essa evolução é mais relevante no 3.º ciclo do Ensino Básico (CEB) e no Ensino Secundário e menos expressivo ao nível do 1.º CEB, onde a taxa de retenção e desistência era já reduzida.

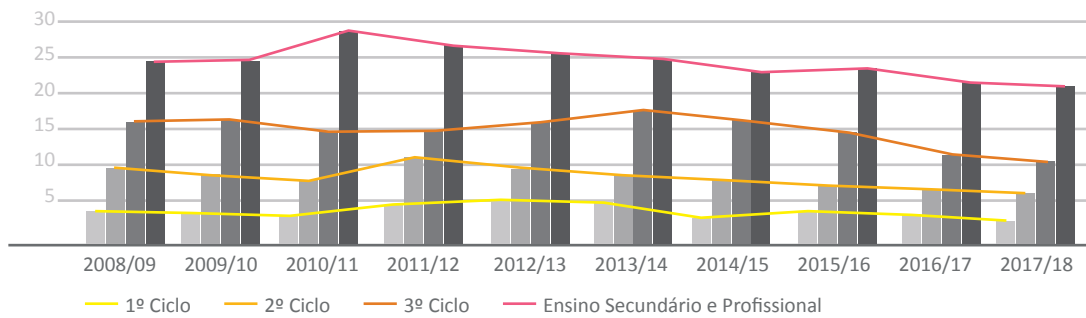
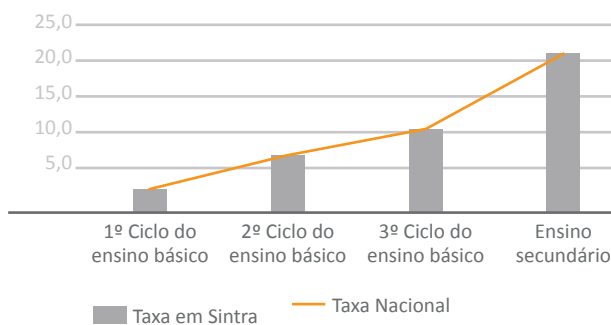


Figura 6: evolução das taxas de retenção e desistência, por ano letivo

Fonte: Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência



Importa, ainda, notar que os resultados escolares em Sintra, embora acompanhem a tendência nacional, situam-se acima da taxa de retenção e desistência escolar nacional, com exceção do 1.ºCEB em que taxa no Concelho se situa abaixo.

Figura 7: taxa de retenção e desistência no ano letivo 2017/2018

Fonte: Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Nesse sentido, o município de Sintra tem apostado na adoção de medidas e estratégias que promovam o sucesso escolar no concelho, conforme e referido no “Projeto Educativo Local de Sintra –Sim(tra): aprender e viver melhor num território inteligente e sustentável (2017-2025)”:

“Reforçando a aquisição de competências e conhecimentos dos alunos, o aumento do nível do seu trabalho efetivo nas escolas, a autonomia e a responsabilidade, assim como a alteração das práticas de ensino (e.g. colaboração entre docentes), apostando na construção e organização de espaços onde os alunos pensem e construam livremente e de forma ativa o seu conhecimento.”



Este caderno é...

Um convite para uma viagem guiada às novas dimensões da escola portuguesa. Novos modelos, novas práticas e novas respostas que possam apoiar todos e cada um dos nossos alunos.

Apresentação do Caderno

O que é?

O Caderno sobre Estratégias para a Promoção do Sucesso Educativo em Sintra é um recurso orientador constituído por exemplos de boas práticas pedagógicas que poderão ser implementadas em contexto de escola e de sala de aula.

Este guia pretende dar pistas, perspetivas e possibilidades que estejam facilmente ao alcance de todas as escolas e possam ser inspiradoras para todos os seus intervenientes.

É um documento cujo objetivo é ser partilhado e discutido em grupos alargados servindo de ponto de partida para novas práticas e projetos pedagógicos.

A quem se destina?

Este documento destina-se aos profissionais de educação do Concelho de Sintra: professores/educadores, equipas multidisciplinares, assistentes técnicos e operacionais de modo a permitir uma reflexão e alteração das práticas pedagógicas.

Como está organizado?

O caderno está organizado em quatro capítulos:

I. 45 anos de educação em Portugal

Neste capítulo aborda-se a evolução da educação em Portugal numa perspetiva histórica, desde o 25 de abril até aos dias de hoje, refletindo-se sobre as reformas e as mudanças mais significativas, assim como, sobre os seus resultados.

Embora a educação em Portugal tenha percorrido um longo caminho e sofrido diversas reformas, serão destacados os acontecimentos mais relevantes, de forma a perceber e a contextualizar as mudanças mais recentes como a inovação pedagógica, a autonomia e a flexibilidade curricular.

Pretende-se, ainda, caracterizar o percurso feito pela Educação em Portugal, situando-a no contexto europeu e mundial.

II. Nova conceção de escola: de todos e para cada um

No segundo capítulo apresenta-se a conceção atual da escola “de todos e para cada um” que tem como objetivo refletir sobre uma escola acessível a todos, obrigatória até ao 12ºano e potenciadora de desenvolvimento social. Uma escola que surge para combater desigualdades sociais e dar a todos as mesmas oportunidades independentemente do background de cada indivíduo, família ou grupo sociocultural.

III. Autonomia e flexibilidade curricular: desafios e oportunidades

A terceira parte deste documento decorre dos desafios apresentados no capítulo anterior e cujas respostas se encontram hoje nas escolas portuguesas. Deste modo, damos, aqui, alguma atenção aos dois decretos-lei de referência que concederam uma maior autonomia e flexibilidade às escolas, assim como, ao *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* e ao que são as aprendizagens essenciais. Explicaremos, brevemente, o que são cada um destes documentos, os seus objetivos e estratégias de operacionalização.

IV. Boas práticas

Neste capítulo apresentar-se-ão alguns projetos de referência e boas práticas que têm vindo a ser desenvolvidos em diferentes escolas do país e que poderão inspirar outros estabelecimentos educativos e os profissionais a fazer diferente e a mudar as suas práticas pedagógicas.

Introdução

Vivemos num mundo cada vez mais global, intercultural e tecnológico onde tudo e todos se interrelacionam, direta ou indiretamente, e onde o conhecimento e a informação, se encontram apenas à distância de um *click*.

A evolução científica e tecnológica trouxe inúmeras mudanças: maior mobilidade geográfica, partilha e acesso facilitado à informação global, novas soluções e recursos e novas profissões e funções laborais. Embora tudo isto potencie uma maior riqueza e diversidade económica, social e cultural, também acaba por ser gerador de alguns desequilíbrios económicos e sociais.

É neste panorama que importa refletir sobre o sistema de educação atual e quais os desafios que enfrenta, bem como quais deverão ser as funções e propósito da educação e das escolas.

A educação é muito mais do que o processo de ensino e aprendizagem. Consiste sim, na preparação e formação de indivíduos para a vida ativa e em sociedade, procurando atenuar os desequilíbrios existentes e aproveitar a diferenciação e a diversidade como parte enriquecedora do processo educativo. Atualmente, o papel da escola consiste em disponibilizar as oportunidades adequadas para uma educação ao longo da vida que permita o desenvolvimento e a atualização constante de conhecimentos, competências e atitudes fundamentais para o desenvolvimento integral da pessoa. Segundo Freire (s/ data) *“o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo”*. Assim, é desejável que a educação tenha um papel transformador e criativo sobre a realidade, e que a escola, como instituição responsável pelo ensino formal dos alunos, promova não apenas competências académicas, mas também competências sociais que os auxiliem neste processo de aprendizagem participada e contínua e lhes permita pensar de forma crítica e resolver problemas concretos através de estratégias inovadoras.

De acordo com o World Economic Forum (2017), *para que esta seja uma realidade, devem estabelecer-se parcerias e fomentar o trabalho em rede entre as escolas, o mercado de trabalho, os empresários, as empresas, as entidades governamentais e a sociedade civil*. As escolas são hoje organismos abertos e que trabalham em cooperação com diferentes entidades de forma a acompanhar as mudanças e exigências do contexto e a responder-lhes adequadamente. Paralelamente, as escolas mantêm um carácter humanista que visa a criação de uma sociedade mais justa, centrada na dignidade humana e na preservação do mundo, da natureza e de valores, como a paz, a tolerância, o respeito, a empatia e a interculturalidade.

Neste quadro de mudança, a legislação, os currículos e o papel dos próprios docentes têm sido sujeitos a inúmeras mudanças e constantemente repensados para que as escolas possam responder de forma efetiva a estes desafios. O professor já não pode ser visto como alguém que detém todo o conhecimento, mas antes, como um facilitador e co construtor dos conhecimentos, gerindo os currículos de forma flexível e permitindo uma diferenciação das aprendizagens dos alunos de acordo com as suas necessidades e diferentes características.

A flexibilidade e autonomia curricular são hoje a resposta e a oportunidade de educar de forma inclusiva e equitativa. Os estabelecimentos de ensino e as suas equipas têm hoje uma maior liberdade para gerirem os currículos e adaptarem as suas práticas consoante as necessidades de cada aluno e de cada realidade sociocultural. Deste modo estão atualmente reunidas as condições para se promoverem aprendizagens ativas, significativas e centradas no aluno, através de um currículo de integração e não de um *“currículo pronto a vestir ou de coleção”* como afirma Formosinho (1985).

Desta forma, o presente *Caderno sobre Estratégias para a Promoção do Sucesso Educativo em Sintra* pretende ser um complemento e um recurso de enquadramento e apoio a este processo de mudança com vista à promoção do sucesso escolar no concelho de Sintra. Nesse sentido, este documento visa uma caracterização, análise e reflexão sobre o contexto educativo atual e a partilha de práticas e projetos educativos inovadores que sirvam de inspiração e referência para a mudança das práticas nas escolas do concelho.

Assim, este caderno é um convite à reflexão e à ação e não deverá ser entendido como uma *“receita”* a ser seguida por todos. É desejável que cada escola atue de acordo com a sua realidade e adapte as suas práticas às necessidades emergentes não esquecendo, porém, que o aluno deve estar no centro de todas as decisões.

Convidamos as equipas educativas a que se inspirem neste caderno e se apropriem dele de forma a contribuir para a melhoria das suas práticas diárias.



1. 45 Anos de educação em Portugal

A escola pública em Portugal tem percorrido um longo caminho. Nos anos 70, um em cada quatro portugueses não sabia ler (25%). Hoje, são menos de 5%, mas Portugal continua a ser um dos países com uma maior taxa de analfabetismo da Europa.

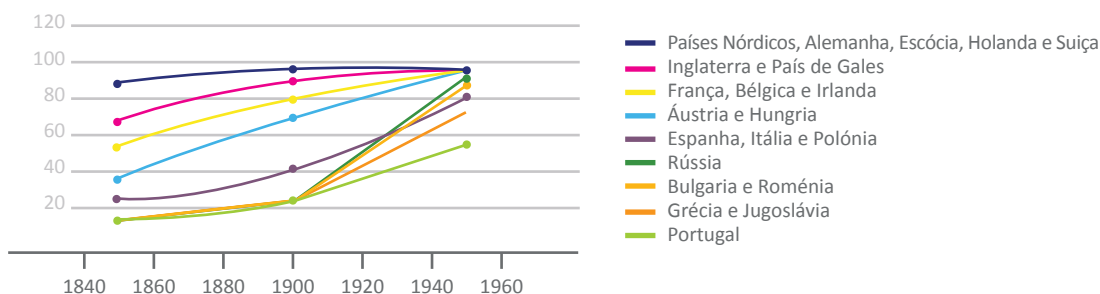


Figura 8: alfabetização na Europa entre os anos de 1840 e 1960

Fonte: Graff, 1991, 375

A taxa de analfabetismo em Portugal tem decrescido nos últimos anos em resultado das diferentes reformas educativas implementadas. De acordo com os últimos censos (2011) esta taxa passou de 11% em 1991 para 5,2% em 2011, o que revela um progresso significativo no país.

Como se pode comprovar no gráfico apresentado abaixo, a taxa de analfabetismo começou a diminuir após de 1970, altura em que começou a existir uma maior preocupação do governo com as questões educativas.

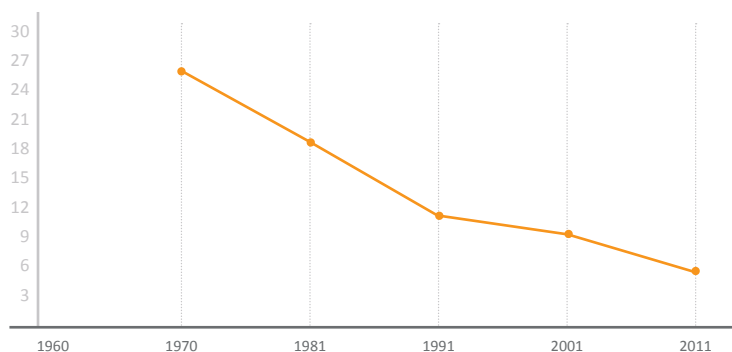


Figura 9: taxa de analfabetismo, segundo os Censos, entre os anos de 1960 e 2011

Fonte: INE e PORDATA

A Reforma de Ensino de Veiga Simão (Lei nº5/73 de 25 de julho) definiu os princípios fundamentais da educação, a estruturação do sistema de ensino e o alargamento da escolaridade obrigatória para oito anos. Veiga Simão procurou modernizar o sistema educativo português, criando as bases de um sistema educativo que promovesse a escolaridade obrigatória e a democratização do ensino.

No entanto, foi a Revolução de 25 de abril que possibilitou um verdadeiro investimento, mudança e valorização da escola pública, promovendo um melhor acesso e sucesso escolar.

Os primeiros dias que se seguiram ao 25 de abril traduziram-se *“na maioria dos casos pela realização de assembleias de professores e de alunos que, em muitas escolas, decidiram afastar reitores e diretores ou, em alternativa, confirmá-los no exercício dos cargos, embora para o desempenho de novas funções emergentes”* (Lima, 1999).

Este processo de construção de formas alternativas de governo das escolas, conhecido como *“gestão democrática”*, assumiu diferentes formas e desenrolou-se, inicialmente, sem iniciativa de poder político ou autorização superior, mas sim, pela conquista de ação reclamada no curso do processo democrático.

No final de 1974, foi aprovado o Decreto-Lei nº 735-A/74 que veio regulamentar a criação de estruturas democráticas de gestão em estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário. Deste modo, a administração central passou a dispor de um instrumento normativo que serviu de gestão para todas as escolas, através da democracia representativa. Estas, e outras medidas, representaram as primeiras tentativas de normalização do sistema educativo após a Revolução.

Em 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) estabeleceu uma conceção clara da educação e da escola, tornando-se imprescindível desenvolver uma política educativa que promovesse uma educação inclusiva, isto é, uma educação que reconhecesse o direito a todos os alunos a aprenderem juntos, independentemente das suas dificuldades e diferenças.

Este foi sem dúvida o ponto de viragem que serviu de base a todas as mudanças e alterações que se seguiram e que destacamos em seguida.

Marcos/datas importantes:

1974

Revolução do 25 de abril e Decreto-Lei n.º 735-A/74 – criação de estruturas democráticas de gestão em estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário.

1986

Lei de Bases do Sistema Educativo e escolaridade obrigatória até ao 9º ano – estabelece o quadro geral do sistema educativo e define um referencial normativo das políticas educativas.

1991

Decreto-Lei n.º 172/91 – estabelece uma estrutura participativa destinada à integração dos pais e da comunidade (Conselho de Escola) que selecionava e nomeava o diretor.

1996

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária localizados por áreas marcadas por graves problemas sociais, económicos e culturais.

1997

Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo – altera o regime de acesso ao ensino superior e ao sistema de formação de professores.

2000

Estratégia de Lisboa - o Conselho Europeu definiu um conjunto de políticas, estratégias e medidas comunitárias, com vista a uma revisão completa do sistema educativo europeu que garantisse o acesso à formação ao longo da vida.

2005

Despacho n.º 14753/2005 - É criado o programa de generalização do ensino do Inglês nos 3º e 4º anos do 1º CEB público como oferta educativa extracurricular gratuita (início das AEC).

Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo – contemplou essencialmente o processo de Bolonha e a adoção do sistema de créditos europeus.

2016

Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio – A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses.

1980

Contratos de associação - protocolos de financiamento estabelecidos entre o Estado e as escolas particulares e cooperativas com o objetivo que garantir que todos os alunos tivessem acesso gratuito à educação, sobretudo, em zonas com poucos estabelecimentos de ensino e menores oportunidades.

1989

Convenção dos Direitos da Criança que refere o direito à educação (artigos 28º e 29º).

1994

Declaração de Salamanca – estabelece os princípios, as políticas e as práticas na área das necessidades educativas especiais.

1996/97

Criação de uma unidade territorial de agregação de escolas - agrupamento de escolas - agrupa diversas escolas de diferentes níveis de ensino, localizadas no mesmo território.

1998

Decreto-Lei 115A/98 – estabelece um novo modelo para a autonomia, administração e gestão das escolas.

2001

Portaria 1082-A/2001 – criação do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

2009

Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo – declarou o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano e a universalidade da educação pré-escolar a partir dos 5 anos.

2010

Estratégia 2020 - constitui um quadro de referência para as políticas europeias e nacionais, devidamente articuladas, no sentido de promover o crescimento económico e a criação do emprego.

2018

Decreto-Lei n.º 54/2018 - inclusão de todos os alunos através de uma abordagem integrada e contínua do seu progresso escolar.

Decreto-Lei n.º 55/2018 - maior autonomia às escolas para tomarem decisões e *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Em síntese, nos últimos 45 anos, as diferentes reformas educativas existentes permitiram uma melhoria e elevação das qualificações escolares dos cidadãos, através do acesso a um sistema de ensino de qualidade e tendo em vista, a aprendizagem ao longo da vida. Não obstante, existem ainda 50,2% de pessoas, entre os 25 e os 64 anos, residentes em Portugal, sem o Ensino Secundário ou Superior, o que é consideravelmente superior à média europeia (21,9%) pelo que existe, ainda, um longo caminho a percorrer.

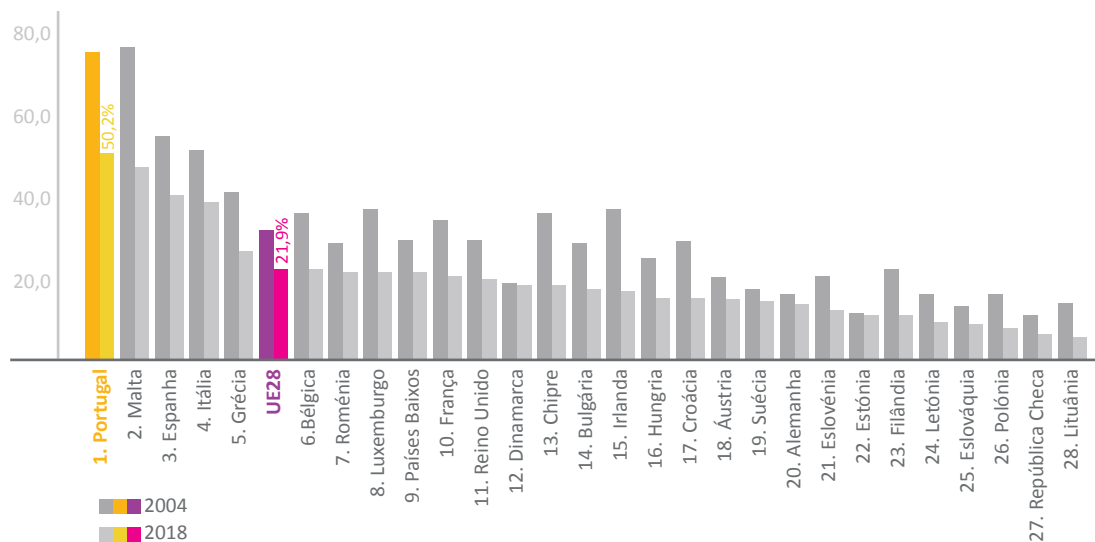


Figura 10: população residente, em Portugal, sem o ensino secundário ou superior entre os 25 e os 64 anos
 Fonte: PORDATA e Eurostat 2018

45 ANOS DE ESCOLA DEMOCRÁTICA EM PORTUGAL

Um caminho de sucesso

Baixos níveis
de educação e qualificação

Taxas de analfabetismo
das mais altas na Europa

1973

Reforma do ensino de Veiga
Simão (Lei n.º 5/73)
Escolaridade Obrigatória
Princípios fundamentais
da educação

1974

25 de Abril

1974

DL n.º 735-A/74
Estruturas democráticas
de gestão das escolas
Modelo de gestão
representativa nas escolas

1986

Lei de Bases
do Sistema Educativo

- Concessão clara de escola pública
 - Educação para todos
- Escolaridade Obrigatória 9.º ano

1991

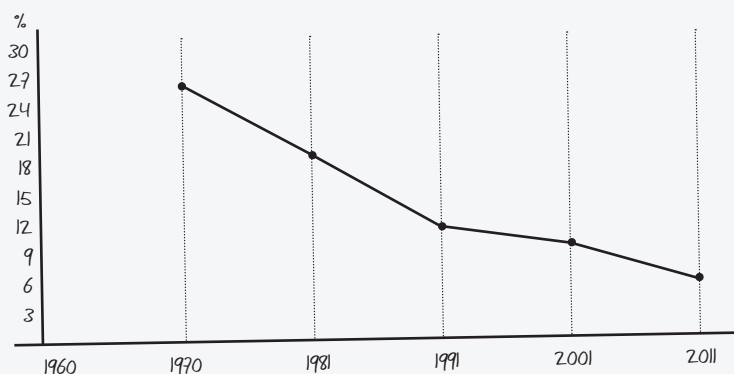
Conselho de escola

1996

TEIP

1996/97

Agrupamentos de escolas



Taxa
de Analfabetismo

1970

2011



25,7%



5,2%



2. Nova conceção de escola: De todos e para cada um

A escola deve acompanhar sempre a evolução da sociedade e a conjuntura económica e social do momento, de modo cumprir os objetivos que lhe são exigidos. É precisamente nesse sentido que os quadros de referências para as políticas europeias e nacionais vão sendo repensados e reformulados, com vista a promover o crescimento económico e a criação de emprego em cada um dos países.

A Estratégia de Lisboa, aprovada pelo Conselho Europeu em 2000 (2000-2005) e renovada em 2005 (2005-2010), centrava-se, precisamente, na promoção do emprego e crescimento como parte de uma economia baseada no conhecimento. Em 2010 a Comissão Europeia, face ao contexto económico recessivo e ao agravamento das condições sociais, lançou uma nova estratégia – Estratégia Europa 2020 – que apoiasse os países na saída da crise, aumentando o emprego, a produtividade e a coesão social no espaço de uma década. Esta estratégia assenta num investimento na educação, na investigação e na inovação sustentável, priorizando a transição para uma economia mais sustentável e inclusiva.

Como tal, a escola tem de ser hoje pensada como uma escola para todos os alunos e dando resposta às suas necessidades e características individuais.

O alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9º ano (Lei n.º 46/86) e, mais tarde, até ao 12º ano (Lei n.º 85/2009), tem-se feito acompanhar por taxas elevadas de abandono e insucesso escolar e por isso, essa é uma das preocupações presentes na Estratégia Europa 2020. De acordo com isto, uma das metas estabelecidas consistia em que a percentagem de população entre os 18 e 24 anos que abandona a educação e a formação fosse inferior a 10%.

Em seguida apresentam-se as principais medidas e programas que visam a promoção do sucesso educativo e o alcance da meta anteriormente mencionada.

Programas	Descrição
Programa Interministerial para a Promoção do Sucesso Escolar-PIPSE (1987)	Surgiu como um programa oficial, centrado na temática no insucesso escolar, referindo este tema como um problema do sistema de ensino que exigia uma intervenção urgente, inicialmente em zonas social e culturalmente desfavorecidas (Projeto Educativo Local de Sintra: plano para a melhoria dos resultados escolares, 2018).
Programa de Educação para Todos – PEPT (1991)	Procurou mobilizar as escolas e a sociedade civil na prevenção do insucesso, através da criação de parcerias. O seu grande objetivo foi o de assegurar a escolaridade de todos, até ao 9.º ano, evitando a exclusão social (Azevedo, 2016).
Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP (1996)	O programa é implementado maioritariamente em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social e tem como objetivos prevenir o abandono escolar precoce e o absentismo, reduzir a indisciplina e promover o sucesso educativo de todos os alunos (DGE, 2019).
Programa Integrado de Educação e Formação – PIEF (1999)	É uma medida socioeducativa que permite a reintegração social e escolar de jovens dos 15 aos 18 anos que se encontram em risco e/ou perigo de exclusão escolar e social depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar (DGE, 2019).
Cursos de Educação e Formação – CEF (2002, 2004)	Destinam-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade obrigatória. O seu principal objetivo é dar oportunidade aos jovens para concluírem a escolaridade obrigatória (Despacho Conjunto n.º 453/2004).
Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar – PNAPAE (2004)	Este plano visa a prevenção de saídas prévias à conclusão da escolaridade obrigatória apostando numa vertente escolar e de formação.
Planos de Recuperação, de Acompanhamento e de Desenvolvimento (2005)	Destinam-se aos alunos do ensino básico com o objetivo de promover o sucesso escolar daqueles que revelem dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina, área curricular disciplinar ou não disciplinar. Segundo o Despacho Normativo nº50/2005 de 9 de novembro entende-se por Plano de Recuperação <i>“o conjunto das atividades desenvolvidas na escola ou sob a sua orientação, que contribuam para que os alunos adquiram as aprendizagens e as competências consagradas nos currículos em vigor no ensino básico”</i> .
Programa Novas Oportunidades (2005)	O programa <i>“contempla dois eixos distintos: um que estrutura vias profissionalizantes de qualificação para os jovens e um outro orientado para a população adulta que não concluiu o ensino secundário”</i> (Agência Nacional para a Qualificação, 2010).

Percursos Curriculares Alternativos – PCA (2006)	São uma medida destinada ao ensino básico e visa a resolução de situações de insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, através da criação de grupos de trabalho mais reduzidos com uma oferta curricular própria, tendo em vista a inclusão social e o cumprimento da escolaridade obrigatória (DGE, 2019).
Programa Mais Sucesso Escolar – PMSE (2009)	É um programa destinado ao insucesso escolar no ensino básico. É aplicado nas escolas através de três tipologias de intervenção (Turma Mais, Fénix ou Híbrida) que visam a utilização de pedagogias diferenciadas e novas formas de organização do grupo turma.
Plano Nacional do Programa Garantia Jovem (2013)	É um programa que <i>“consiste em atuar nos dois lados do mercado de trabalho, estabelecendo as condições favoráveis para a criação de postos de trabalho qualificados e duradouros por parte das empresas e criando oportunidades de ingresso no mercado de trabalho para jovens portugueses, oferecendo-lhes formação certificada ou estágios profissionais, visando uma posterior relação laboral duradoura, invertendo-se a tendência instalada de aumento do desemprego estrutural entre os jovens”</i> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013).
Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar – PNPSE (2016)	O programa tem como objetivo <i>“promover um ensino de qualidade para todos, combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e da qualidade da escola pública”</i> . Nesse sentido pretende <i>“dinamizar uma consciencialização de toda a comunidade de que o sucesso escolar é possível para todos os alunos e que, para tal se exige um compromisso e intervenção dos diferentes intervenientes.”</i> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016).
Apoio Tutorial Específico (2016)	É uma medida destinada aos alunos dos 2.º e 3.º CEB que, ao longo do seu percurso escolar, tenham duas ou mais retenções. Constitui, assim, um recurso adicional que tem como principal objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem (DGE, 2019).

Em resultado destas medidas, verificamos que, de acordo com os dados dos três últimos censos (1991, 2001 e 2011), assistiu-se a um aumento significativo da escolaridade média dos portugueses.

Como se pode verificar pelo seguinte gráfico, em 2018 a taxa de abandono escolar precoce atingiu os mínimos históricos com 11,8%, o que revela uma evolução bastante positiva.

Portugal é um dos três países da Europa com mais retenção apesar das recentes e consistentes melhorias que temos observado neste indicador.

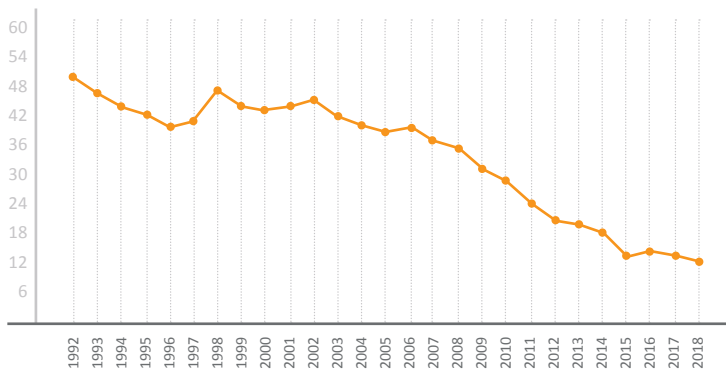


Figura 11: taxa de abandono escolar precoce entre os anos de 1992 e de 2018

Fonte: PORDATA (2018)

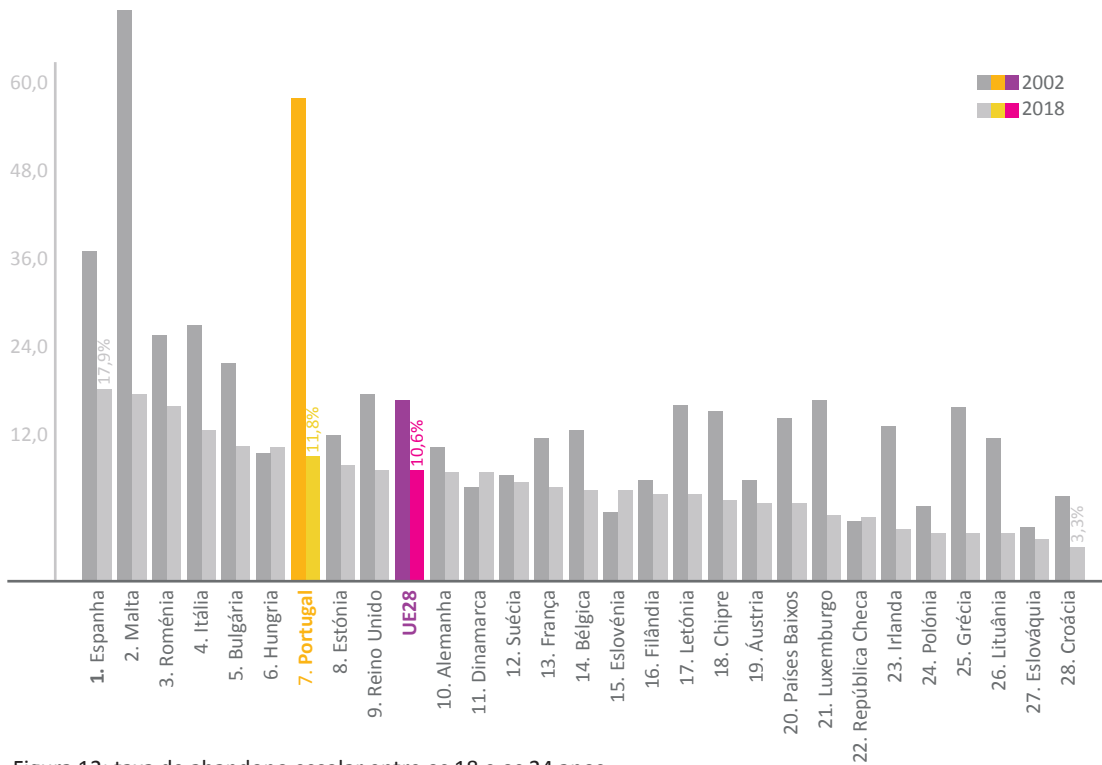
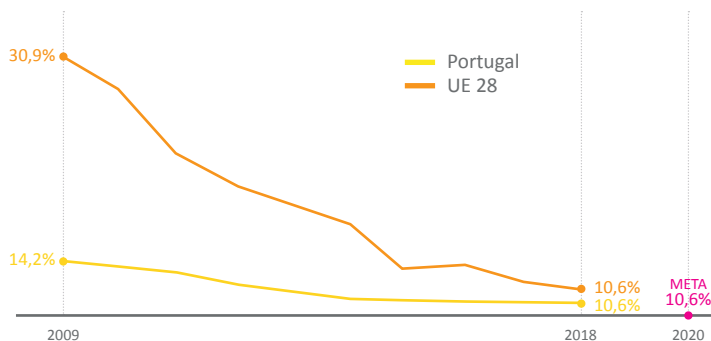


Figura 12: taxa de abandono escolar entre os 18 e os 24 anos

Fonte: PORDATA (2019)



1 em cada 10 jovens da UE28 tem no máximo o ensino básico e não está envolvido em programas de educação e formação. Em Portugal as mulheres já ultrapassaram a meta e aos homens faltam 4,7pp

Figura 13: educação e formação em Portugal e na União Europeia

Fonte: Conselho Nacional de Educação (2019)

Esta taxa já foi atingida no caso das mulheres, mas no caso dos homens faltam ainda 4,7%. Por isso, apesar das melhorias, Portugal tem ainda um conjunto de desafios interessantes pela frente.

COMBATE AO ABANDONO, À RETENÇÃO E AO INSUCESSO ESCOLAR

1987

Programa interministerial para a promoção do sucesso escolar - intervenção em zonas sociais e culturalmente desfavorecidas

1991

Programa de educação para todos - Escolaridade Obrigatória até ao 9º ano

1996

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

2002

Cursos de Educação e Formação

2004

Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar

2006

Percursos Curriculares Alternativos

2016

Programa nacional de promoção do sucesso escolar

2009

Programa mais sucesso escolar Turma mais, Fénix, Híbrida

2016

Apoio Tutorial Específico

Aumento significativo da escolaridade média dos portugueses

Redução da taxa de abandono precoce

Redução das retenções em todos os ciclos





3. Autonomia e flexibilidade curricular: Desafios e oportunidades

Em 2017 foi publicado o Despacho nº 5908/2017, pelo Ministério da Educação, onde se promulgou o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC). Este projeto piloto foi, inicialmente, desenvolvido em 171 escolas públicas, 61 privadas e quatro escolas portuguesas no estrangeiro e, mais tarde, já em 2018, com a promulgação do Decreto-Lei nº 55/2018, alargado a todos os estabelecimentos de ensino do país contribuindo, assim, para ampliar e institucionalizar o PAFC.

Na seguinte tabela estão especificados os princípios e os resultados fundamentais deste primeiro projeto piloto.

Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC)

Projeto piloto – projeto em regime de experiência pedagógica durante o ano letivo de 2017/2018

O que é?

Projeto de promoção do sucesso escolar nos ensinos básico e secundário que assume a centralidade nas escolas, dos seus alunos e professores, permitindo a gestão do currículo de forma flexível e centralizada.

Principais objetivos:

- Estimular a gestão autónoma e flexível do currículo;
- Promover melhores aprendizagens, que levem ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e atitudes;
- Valorizar as artes, a ciência, o desporto, as humanidades, as TIC e o trabalho experimental;
- Adquirir competências de pesquisa, avaliação, reflexão e monitorização crítica e autónoma da informação para a resolução de problemas;
- Promover experiências de comunicação/expressão em língua portuguesa e línguas estrangeiras;
- Promover o exercício da cidadania ativa;
- Implementar a Metodologia de Trabalho de Projeto.

Resultados:

“O estudo de avaliação realizado demonstra que as escolas portuguesas se encontram em estádios de desenvolvimento curriculares e pedagógicos distintos e que naturalmente estão na origem de diferentes tipos de ambições e de dificuldades” (Cosme, 2018).

Como resultados positivos, destacam-se:

- Diversidade da oferta formativa;
- Melhoria da indisciplina;
- Diminuição da retenção e do abandono escolar;
- Melhoria da qualidade das aprendizagens;
- Abertura para trabalhar de forma mais articulada e colaborativa;
- Aprendizagem diferenciada;
- Utilização de metodologias ativas através das DAC;
- Diversificação das metodologias de trabalho dos docentes;
- Criação de novas redes entre escolas;
- Desenvolvimento profissional dos docentes;
- Maior envolvimento da comunidade.

Este projeto surgiu da necessidade que a escola tem de se adequar aos novos tempos e de responder, eficazmente, aos desafios que são colocados pela sociedade e por um perfil de aluno completamente diferente.

Vários autores afirmam que a escola deve ser capaz de responder a questões como:

- *Quais os saberes, experiências e modos de pensar e de agir os alunos se devem apropriar?*
- *Com que experiências e desafios culturais, sociais, relacionais e éticos os alunos poderão ser confrontados?*
- *Como é que, através dos conteúdos académicos de cada disciplina, se pode estabelecer uma relação autêntica e significativa com a vida real que os alunos experienciam ou poderão vir a experienciar?*

Segundo Cosme (2018), importa repensar os instrumentos e os procedimentos nucleares que irão orientar o trabalho dos professores e dar respostas às aprendizagens e aos conteúdos essenciais que devem ser adquiridos ao longo da escolaridade obrigatória e que são indispensáveis a uma integração plena na sociedade.

A autora refere ainda que com a flexibilidade e autonomia curricular pretende-se investir *“noutros modos de organizar os espaços e os tempos de trabalho”* assim como propor *“um outro tipo de atividades e estratégias que estimulem a inteligência, a autonomia solidária e a participação dos seus alunos na gestão do quotidiano da sala de aula.”* Ou seja, o que se propõe é uma forma diferente de conceber o processo de ensino-aprendizagem, onde alunos e professores terão um papel diferente e mais concordante com os desafios de um mundo em constante mudança. Como tal, a escola e os docentes devem possuir a autonomia necessária para assumir decisões curriculares e pedagógicas capazes de desenvolver um projeto significativo e empreendedor para toda a comunidade educativa e que vá ao encontro dos interesses dos alunos e daquilo que são as necessidades e dinâmicas socioculturais do contexto onde estão inseridos. O PAFC pretende promover aquilo a que Cosme (2018) nomeia como as competências do século XXI que, mais não são, do que o estreito relacionamento entre o conhecimento científico, o espírito crítico e interventivo e a criatividade, reconhecendo a natureza transdisciplinar das aprendizagens e privilegiando o trabalho colaborativo (entre os alunos, os docentes, os técnicos e as famílias) e, sempre que possível, a abordagem por projetos que correlacionem diversas áreas do saber.

Desta forma, cada escola, dependendo do seu contexto muito particular, tem a liberdade de definir e implementar as estratégias que melhor se adequem à sua população e que visem o sucesso e a aprendizagem de todos, numa ótica de respeito mútuo. As escolas e os professores deverão usufruir de autonomia suficiente para assumirem projetos curriculares desafiantes para os alunos e que os ajudem a aprender e a crescer como pessoas mais inteligentes e humanamente competentes, beneficiando de todo o legado cultural que têm ao seu dispor.

Neste sentido, o PAFC apresenta inúmeras oportunidades para as escolas inovarem e fazerem diferente, na medida em que faculta instrumentos para que os estabelecimentos de ensino e as suas equipas deem respostas diferenciadas a todos, baseadas na autonomia e na confiança.

Pretende-se valorizar as aprendizagens interdisciplinares e uma abordagem multinível para abrir ainda mais as portas a uma escola inclusiva, que tem em conta a heterogeneidade dos alunos e que elimina obstáculos de acesso às aprendizagens, respeitando a diversidade e garantindo a aquisição de múltiplos saberes necessários à vida. O PAFC valoriza os seus alunos, dá-lhes voz e possibilita a construção do seu projeto de vida ao traçar um percurso formativo próprio.

No entanto, para que estas premissas se concretizem, a escola deve reconhecer que cada aluno tem as suas especificidades e singularidades cognitivas, culturais e experienciais. Também os professores devem assumir um papel de mediadores, mais decisivos e influentes no desenvolvimento de uma relação produtiva com os alunos além de apostarem bastante no trabalho colaborativo, na entreaajuda e na coadjuvação.

Um projeto desta envergadura, acarreta várias implicações, nomeadamente, mudanças nos desenhos curriculares e nas práticas pedagógicas, o abandono de um modelo disciplinar uniformizador, de aprendizagem compartimentada e assente na transferência do conhecimento. Ou seja, os professores têm o desafio de se libertarem do modelo de currículo em formato prescritivo e adotarem um modelo

multidisciplinar de aprendizagem transformadora. Para além disso, existem outras implicações práticas como, por exemplo, a necessidade de se alterarem as práticas pedagógicas para assegurar que as áreas de competência são trabalhadas em todas as componentes curriculares. O propósito essencial será o de adequar o processo de ensino-aprendizagem às finalidades da educação do século XXI através de:

- Associação dos conteúdos a situações e problemas do quotidiano;
- Concretização de atividades de observação e de questionamento da realidade;
- Integração de saberes;
- Confronto de perspetivas;
- Resolução de problemas e tomada de decisões;
- Mobilização de técnicas de trabalho, materiais e recursos diversificados;
- Desenvolvimento de atividades cooperativas de aprendizagem, com troca de saberes, e de projetos intra ou extraescolares;
 - Utilização crítica de fontes de informação diversas e das TIC;
 - Promoção da intervenção livre e responsável dos alunos;
 - Valorização da livre iniciativa e da intervenção positiva no meio e na comunidade.

A fim de concretizar este projeto ambicioso e desafiante, foram criados alguns documentos orientadores: o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e os Decretos-Lei 54/2018 e 55/2018. Propomos, agora, uma breve apresentação e apreciação destes instrumentos de forma a facilitar o trabalho dos professores/educadores.

Para lá dos conteúdos académicos – o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

O *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, surge da necessidade de dar resposta a um mundo cada vez mais complexo e dinâmico, onde o conhecimento científico e tecnológico se duplica a cada instante. Questões como interculturalidade, sustentabilidade, segurança, identidade, imprevisibilidade e educação para a paz são centrais e a escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, tem que se ir adaptando para que seja capaz de dotar os alunos das ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de uma sociedade cada vez mais imprevisível e incerta.

Assim, este documento é um exemplo de referência para a organização de todo o sistema educativo que estabelece a matriz orientadora de princípios, valores e competências a serem adquiridas pelos alunos até ao final da sua escolaridade obrigatória. Assume-se como um quadro de referência comum sobre valores e atitudes que os alunos, como cidadãos, devem desenvolver a fim de se tornarem pessoas mais responsáveis, críticas, socialmente integradas, conscientes de si próprias e dos outros, que respeitem valores como a liberdade e que tenham uma maior inserção na vida familiar e comunitária porque *“perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos”* (Martins, 2017). O documento constitui a matriz de decisões a adotar por gestores e atores educativos responsáveis por políticas educativas e dos estabelecimentos de ensino.

Neste perfil encontram-se as aprendizagens fundamentais que estabelecem os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que os alunos têm de adquirir, de forma a desenvolverem determinadas competências, a serem capazes de aprender ao longo da vida e de responderem, inteligentemente, aos desafios de uma sociedade cada vez mais plural e diversa. Segundo Alves, Madanelo & Martins (2019), este perfil sugere uma visão de aluno que, no final da sua escolaridade obrigatória, seja:

- Detentor de múltiplas literacias;
- Capaz de analisar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação;
- Capaz de formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas;
- Livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- Capaz de lidar com a mudança e com a incerteza;
- Consciente da importância e dos desafios oferecidos pelas Artes, Humanidades e Ciência e Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental;
- Capaz de pensar crítica e autonomamente;
- Criativo, comunicativo e capaz de trabalhar colaborativamente;
- Capaz de aprender ao longo da vida, ato decisivo do desenvolvimento pessoal e da intervenção social;
- Conhecedor e respeitador dos princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
- Respeitador da dignidade humana, do exercício da cidadania plena, da solidariedade para com os outros, da diversidade cultural e do debate democrático;
- Hostil a todas as formas de discriminação e de exclusão social.

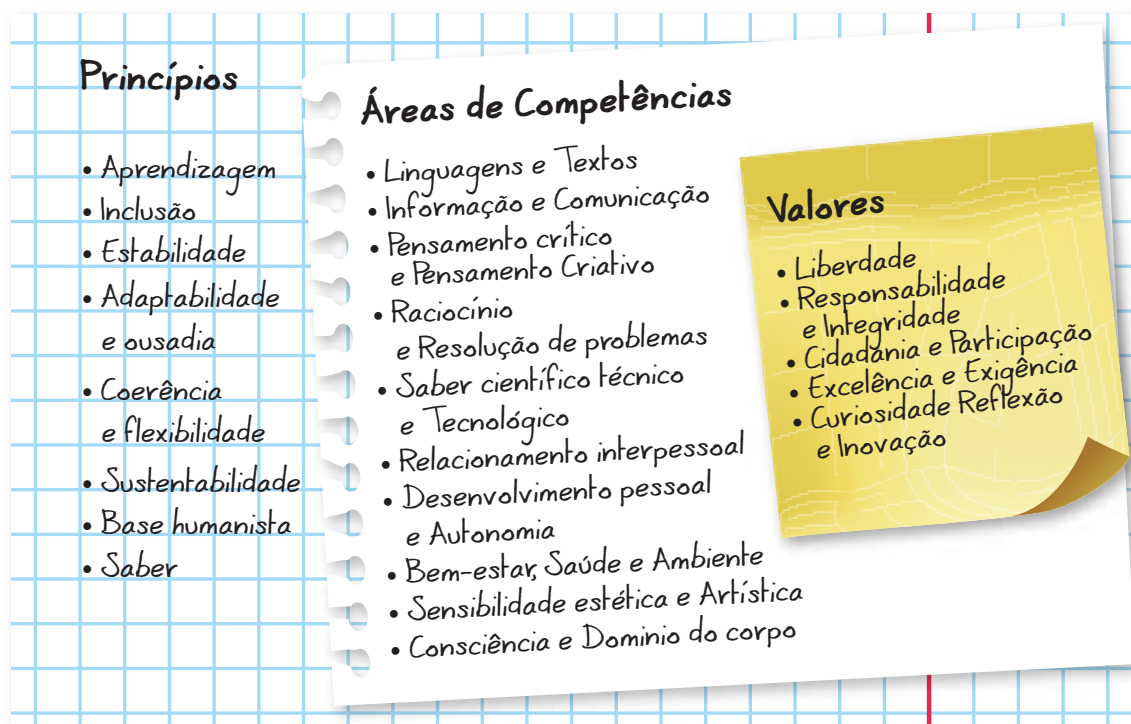


Figura 14: Esquema conceitual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
Fonte: Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Estas competências vão, ainda, ao encontro das recomendações do World Economic Forum no que diz respeito às exigências do mercado de trabalho para 2020. De acordo com esta entidade, existem dez competências necessárias no mundo de hoje para que possamos ser profissionais e cidadãos bem sucedidos, pessoal e profissionalmente: ser capaz de resolver problemas complexos, ter pensamento crítico, ser criativo, ser capaz de gerir equipas diversas privilegiando a cooperação entre os indivíduos, ter inteligência emocional, ser capaz de refletir e avaliar para tomar decisões, ter a capacidade de negociar para encontrar soluções e ser flexível.

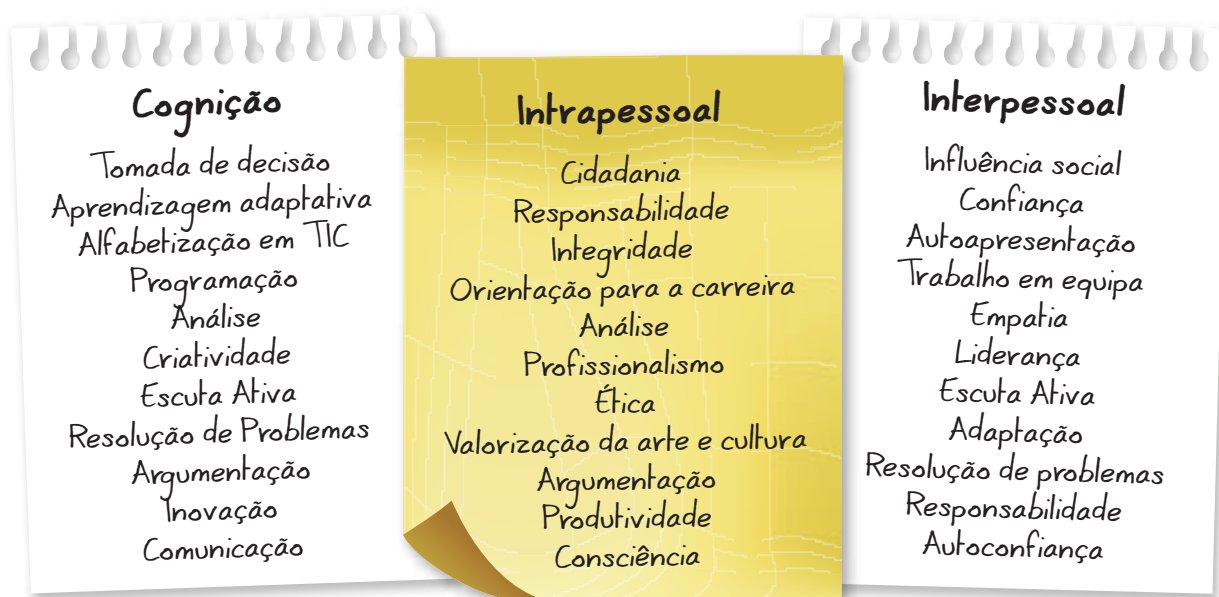


Figura 15: as competências do século XXI

Como afirma Martins (2017), o que distingue o desenvolvimento do atraso é a aprendizagem e o aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer-se. Estas aprendizagens são essenciais para que se desenvolva uma cultura de autonomia e de responsabilidade e uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana.

As competências são, portanto, de natureza cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática, agregando-se em dez áreas:

- Linguagens e textos;
- Informação e comunicação;
- Raciocínio e resolução de problemas;
- Pensamento crítico e pensamento criativo;
- Relacionamento interpessoal;
- Desenvolvimento pessoal e autonomia;
- Bem-estar, saúde e ambiente;
- Sensibilidade estética e artística;
- Saber científico, técnico e tecnológico;
- Consciência e domínio do corpo.

Cada uma destas áreas de competências é explicitada através de um conjunto de descritores operativos, que clarificam os desempenhos pretendidos por parte dos alunos.

A aquisição destas competências pressupõe o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como: a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida. Como tal, a escola deve ser capaz de interligar a educação, a cultura e a ciência numa estreita relação entre os conteúdos académicos e o desenvolvimento pessoal e social de cada pessoa, na sua individualidade.

Assim, o perfil do aluno é um “farol” e um guia para todos os profissionais que intervêm no sistema educativo. Será do envolvimento e do compromisso de todos que iremos conseguir que os alunos obtenham estas competências no final da sua escolaridade obrigatória.

Uma maior autonomia para as escolas – os Decretos-Lei 54/2018 e 55/2018

Numa ótica de promoção do sucesso educativo de todos os alunos e, dando resposta ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, os Decretos-Lei 54/2018 e 55/2018 de 6 de julho estabelecem como uma das prioridades da ação governativa a “*aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social*”.

Neste sentido, os referidos decretos veem apoiar as escolas para encontrarem formas de responder à diversidade que têm e desenharem estratégias que se adequem a todos os alunos de forma a que todos aprendam e participem na vida da escola. O objetivo é melhorar a qualidade do trabalho educativo através da adequação à sua realidade particular.

O Decreto-Lei 54/2018 refere-se, especificamente, à inclusão de todos os alunos através de uma abordagem integrada e contínua do seu progresso escolar, não deixando ninguém para trás. Deste modo, aponta, entre outras, uma série de medidas específicas para colmatar dificuldades de aprendizagem acentuadas e persistentes de alguns alunos:

- *Diferenciação pedagógica;*
- *Acomodações curriculares;*
- *Percursos curriculares diferenciados;*
- *Apoio tutorial e psicopedagógico;*
- *Adaptações curriculares;*
- *Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado.*

Estas medidas deverão ser analisadas e aplicadas consoante as necessidades e fragilidades que cada aluno revela. Pretende-se, desta forma, prevenir o abandono escolar precoce e promover o sucesso educativo de todos, numa perspetiva inclusiva.

Consequentemente, o Decreto-Lei 55/2018 surge com um conjunto de medidas práticas capazes de concretizar e operacionalizar o disposto no decreto anterior. Este documento concede uma maior autonomia às escolas para tomarem decisões que ajudem os alunos a desenvolver determinadas competências e a alcançarem o sucesso educativo.

Analisando ambos os decretos-lei, verifica-se que as escolas têm, agora, uma maior autonomia para tomar decisões. A autonomia de escola significa que *“os estabelecimentos de ensino dispõem de uma capacidade de decisão própria (através dos seus órgãos representativos em função das suas competências), em determinados domínios (estratégicos, pedagógicos, administrativos e financeiros), que se exerce através de atribuições, competências e recursos, transferidos ou delegados de outros níveis da administração.”* (Barroso, 2005:108).

Através da autonomia e flexibilidade curricular, as escolas podem gerir, autonomamente, até 25% do currículo do Ensino Básico e Secundário partindo das matrizes curriculares-base¹. Esta gestão autónoma assenta na possibilidade de enriquecimento do currículo de forma a alcançar as competências previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Através desta autonomia, as escolas podem, entre outras, realizar as seguintes opções curriculares:

- *Integração de projetos em horário semanal;*
- *Alternância de períodos de funcionamento disciplinar e multidisciplinar;*
- *Organização por semestres ou trimestres;*
- *Fusão de disciplinas e a sua permuta ou substituição (no caso do Ensino Secundário);*
- *Implementação da componente de Cidadania e Desenvolvimento;*
- *Criação de novas disciplinas no EB;*
- *Redistribuição dos tempos/horas fixados entre componentes das matrizes curricular-base;*
- *Decidir sobre o apoio ao estudo e sobre o complemento à educação artística (2º ciclo);*
- *Desenvolver trabalho prático ou experimental através do desdobramento de turmas ou outros tipos de organização.*

¹“Conjunto de componentes de currículo, áreas disciplinares e disciplinas, que integram os planos curriculares de âmbito nacional, por ciclo e ano de escolaridade ou por ciclo de formação, bem como a carga horária prevista para cada um deles, que serve de suporte ao desenvolvimento do currículo concretizado nos instrumentos de planeamento curricular, ao nível da escola e da turma ou grupo de alunos.” – DL 55/2018

Componentes de currículo	Carga horária semanal (45 minutos)	
	5º ano	6º ano
Línguas e Estudos Sociais		
Português	5	5
Inglês	2	2
Laboratório de Línguas	2	2
História e Geografia de Portugal	3	3
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5
Matemática e Ciências		
Matemática	5	5
Matematik	1	1
Ciência Ativa	0	3
Ciências Naturais	2	0
Educação Artística e Tecnologia		
Cri@rte (EV, ET, EM, TIC)	7,5	6,5
Educação Física	3	3
Educação Moral e Religiosa	1	1
TOTAL	32	32
Oferta Complementar	0	1 (já atribuído Ciência Viva)
Apoio ao Estudo	2	2
Complemento à Educação Artística	1 (Já atribuído Cri@rte)	0

Figura 16: distribuição da carga horária semanal no 2ºCEB, no AE de Alcanena

Fonte: Revista do AE de Alcanena

O DL 55/2018 coloca uma maior ênfase na avaliação formativa que ocorre de forma regular e com diferentes instrumentos, procedimentos e técnicas. Pretende-se, também, uma maior articulação entre ciclos, um maior envolvimento dos pais/encarregados de educação e dos alunos, a redução do número de professores por turma e um trabalho mais colaborativo entre os professores. Prevê-se, ainda, a gestão interdisciplinar e articulada do currículo, a definição de opções curriculares conjuntamente com os alunos e os encarregados de educação, a transdisciplinaridade da aprendizagem e a criação de Domínios de Autonomia Curricular (DAC) onde se façam combinações totais ou parciais de disciplinas, numa perspetiva de trabalho interdisciplinar e de articulação curricular.

No entanto, para que estas propostas se concretizem na prática, é necessário um grande envolvimento dos docentes, assente na flexibilidade para a gestão autónoma do seu trabalho. Esta flexibilidade curricular faculta um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem e, por isso, é desejável que o corpo docente guie o seu trabalho através de três vertentes:

- *Coadjuvação;*
- *Permuta temporária;*
- *Trabalho em equipas educativas - grupos de docentes de diferentes áreas disciplinares que lecionam às mesmas turmas.*

A adoção destas permitirá rentabilizar o trabalho dos professores e aumentar a sua eficácia através da articulação de diferentes saberes e experiências, conduzindo a níveis de criatividade mais elevados, a uma maior inovação e eficácia, melhores momentos reflexivos e diversificação de práticas. Além disso, contribuirá, também, para um acompanhamento mais próximo a cada aluno.

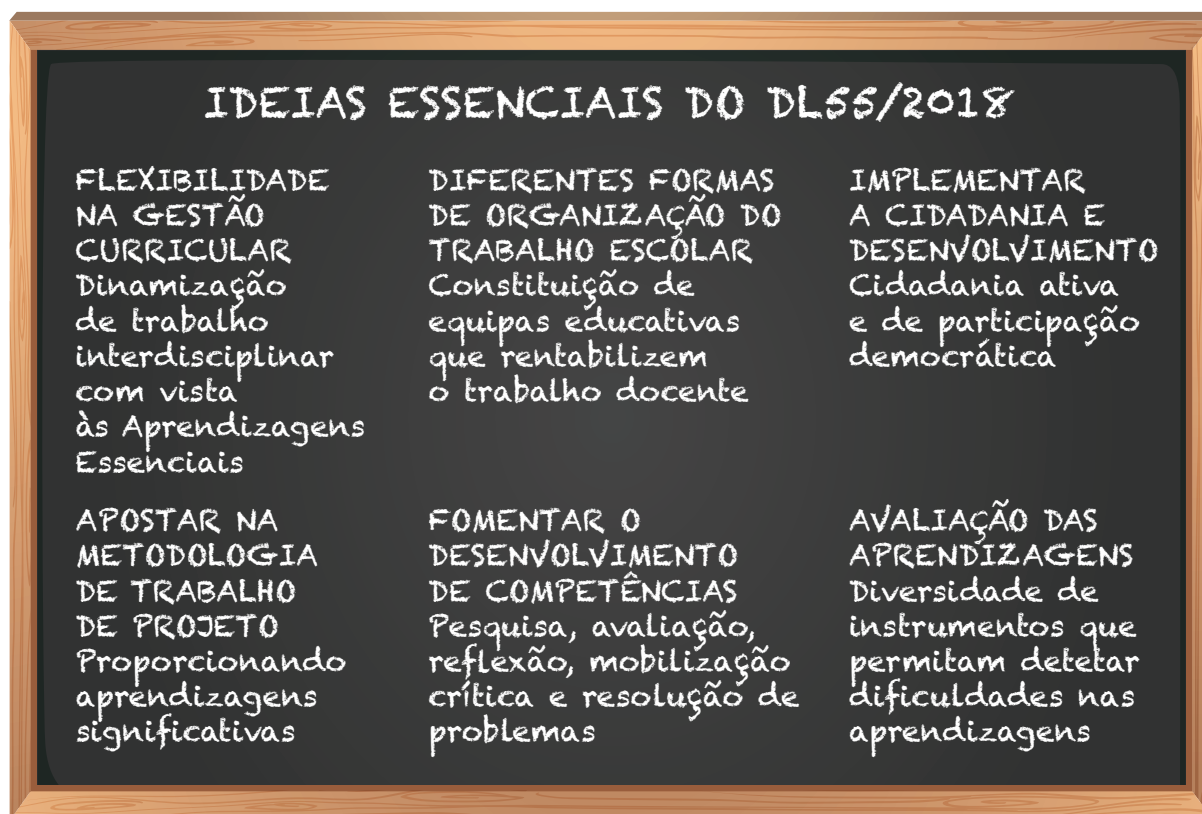


Figura 17: Ideias fundamentais do DL 55/2018

Fonte: DL 55/2018

Em síntese, estes dois decretos são uma oportunidade real para que as escolas possam criar soluções e percursos que possibilitem responder eficazmente aos problemas e aos desafios com que se deparam no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e para que se tornem efetivamente mais inclusivas através do desenvolvimento de práticas de qualidade.

A “qualidade na educação e nas aprendizagens tem sido a grande preocupação educativa dos últimos anos (...)” (Santos, 1997 citado por Fialho, 2010) sendo, atualmente, um dos grandes desafios das escolas e estando no centro de diversos programas de investigação educacional e de várias iniciativas. Nos contextos atuais é urgente falar em novas e inovadoras experiências na medida em que os alunos e as dinâmicas familiares, profissionais e sociais estão em grande mudança.

Segundo Fialho (2010) “a ideia de qualidade da escola surge, frequentemente, associada à ideia de excelência, que apenas pode ser alcançada com práticas eficazes orientadas no sentido do sucesso educativo, numa procura constante de compromisso e de satisfação plena das exigências/necessidades da comunidade educativa”. Neste sentido, podemos afirmar que a condição natural da escola é a promoção do sucesso educativo dos seus alunos, sendo responsabilidade da comunidade educativa mobilizar recursos e esforços para dar resposta e soluções adaptadas às suas realidades e necessidades específicas de cada aluno. Deste modo, apresentaremos, no capítulo que se segue, um conjunto de boas práticas, em curso, em algumas escolas do país.

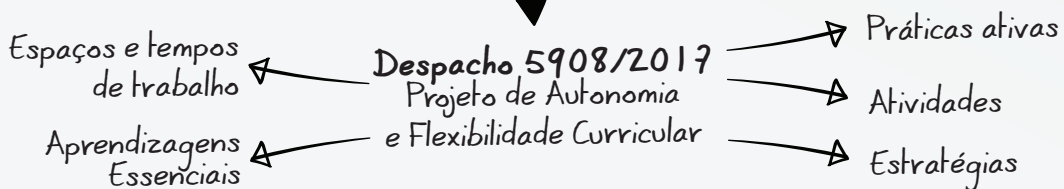
Em síntese...

NO ESSENCIAL...

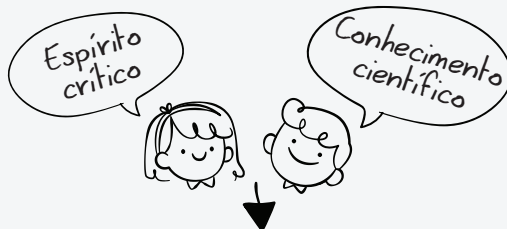
- NOVOS TEMPOS | NOVOS DESAFIOS
Sociais/culturais, Tecnológicos, Ambientais
- TODOS NA ESCOLA
Escola inclusiva, Sucesso de todos, Todos participam



REPENSAR A ESCOLA - NOVA CONCEÇÃO DE ESCOLA



COMPETÊNCIAS SÉC.XXI



- Articulação pedagógica
- Gestão até 25% do currículo
- Organização trimestral/semestral
- Transdisciplinaridade
- Interdisciplinaridade e articulação curricular (DAC)
- Trabalho colaborativo
- Coadjuvações
- Metodologia de trabalho projeto
- Autonomia e inovação
- Diversificação de técnicas, materiais e recursos
- Cidadania e desenvolvimento
- Parcerias
- Redução do número de professores por turma
- Fusão, permuta ou substituição de disciplinas
- Avaliação formativa e formadora

INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO

- DL 54/2018
Inclusão de todos os alunos
 - Diferenciação pedagógica
 - Prevenção do abandono escolar
 - Promoção do sucesso educativo

- DL 55/2018
Autonomia e tomada de decisão própria para as escolas

Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória



ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA





4. Boas práticas

Neste capítulo serão partilhadas boas práticas de educação entendidas como abordagens e práticas curriculares abertas e colaborativas que colocam o aluno no centro do processo educativo (e não só o currículo!), estimulando-o para a autonomia e responsabilidade na tomada de decisões. Destacaremos exemplos de projetos e iniciativas adotadas por diferentes escolas com vista a responder, de forma eficaz, aos inúmeros desafios existentes hoje e às necessidades concretas dos alunos, das famílias e das comunidades.

Desenvolver boas práticas é, antes de mais, assumir o compromisso de que a escola é de todos e para cada um e, neste sentido, é imprescindível encontrar soluções viáveis para contextos diversos. Neste sentido, a gestão integrada, articulada e progressiva do currículo, com a inclusão de várias temáticas e a realização de projetos que dão resposta a diferentes problemas, será uma estratégia. A escola deve dotar-se de diferentes metodologias que promovam o sucesso de todos e mantenham os alunos motivados. Utilizar o jogo e a brincadeira e levar a escola para fora do contexto da sala de aula permite aprendizagens muito mais lúdicas, estimulantes e completas para os alunos, além de desenvolver a sua criatividade, imaginação e socialização de uma forma muito mais holística e completa. O ser humano não aprende apenas na escola, mas em diversos outros contextos e de formas muito diversificadas. Assim, a comunidade será uma sala de aula com um enorme potencial. De notar que a mobilização e a integração de todos os agentes educativos (pais/encarregados de educação, professores, diretores, coordenadores, alunos, comunidade) no processo de ensino-aprendizagem tem-se revelado importante para o sucesso educativo.

A ênfase no carácter formativo da avaliação complementa as estratégias de boas práticas. Se os alunos aprendem em diversos contextos, com diferentes atores e de forma muito distinta, também a avaliação tem de refletir todas estas especificidades. Assim, não se deve resumir à simples avaliação sumativa limitada a testes ou exames iguais para todos. Aconselha-se a utilização de vários instrumentos capazes de refletir, de uma forma justa, o percurso de cada aluno visando o seu progresso e a melhoria das aprendizagens.

A título de exemplo, partilhamos alguns projetos, programas e iniciativas de boas práticas desenvolvidas por diversas escolas portuguesas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. Esperamos que sirva de inspiração.

1. Flexibilidade curricular

Semestralidade no AE Dr. Costa Matos e no AE de Odivelas

O AE Dr. Costa Matos optou pela semestralidade, nas turmas de 7º ano, nas disciplinas de História e Geografia. Já o AE de Odivelas, implementou este modelo para todos os alunos do 1º ao 12º ano. Decorrente desta opção, desencadearam-se algumas medidas positivas como a redução do número de trabalhos de casa e de testes, aumento das atividades em grupo e diversificação dos métodos de avaliação. Verificou-se, também, um uso mais frequente e consciente das novas tecnologias como instrumento de trabalho e a possibilidade de partilha de aulas entre os professores. Os alunos ficaram com mais tempo para realizar diferentes atividades, esclarecer dúvidas, trabalhar em grupo e realizar pesquisas autónomas. Revelam também um empenho notavelmente maior e demonstram mais interesse pela aprendizagem. Têm mais prazer em aprender, estão mais motivados, menos indisciplinados e mais assíduos.

As férias do Natal e da Páscoa são mais curtas, mas, em contrapartida, os alunos podem gozar de outras pequenas pausas ao longo do ano letivo. Os momentos de avaliação sumativa são apenas dois e a avaliação formativa é privilegiada. Dá-se maior *feedback* às famílias sobre a evolução dos seus educandos; a avaliação é mais partilhada e há um maior acompanhamento individual dos alunos. Há mais trabalhos de grupo, apresentações orais e portefólios. Tudo conta para a avaliação final, mas o foco está na aprendizagem e não na avaliação. Em vez de estarem constantemente a avaliar conhecimentos, os professores preocupam-se mais com o que os alunos ainda precisam saber. Nas aulas, trabalha-se muito em equipa e, por vezes, a ritmos diferentes.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/semestralidade-aecostamatos>
<https://escolapt.wordpress.com/2019/04/10/semestres-em-vez-de-periodos/>

Trabalho de Projeto e Transdisciplinaridade no AE de Arouca

O projeto de *Produção de Cerveja Artesanal* foi desenvolvido pelo AE de Arouca, com frequência semanal, envolvendo os alunos do Curso Profissional de Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar e os professores de Química, Microbiologia, TIC e Inglês. A integração do Inglês neste projeto surgiu da necessidade que os alunos sentiram em aprofundar determinados conhecimentos sobre o tema e em pesquisar em fontes mais específicas. Uma vez que muita da bibliografia se encontrava em Inglês, sentiram a necessidade de procurar a docente desta disciplina para que os ajudasse a compreender alguma informação. Desta forma, não só aprofundaram conhecimentos científicos necessários ao projeto, como também aprenderam mais palavras, conceitos e conteúdos gramaticais desta língua estrangeira.

Os alunos trabalham por projeto e envolvem as diferentes áreas curriculares de uma forma articulada assim como desenvolvem o gosto pela investigação, pelo trabalho experimental e pelas técnicas laboratoriais.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/praticas/opcoes-curriculares>

Interdisciplinaridade no Colégio Atlântico

No Colégio Atlântico, no ensino secundário, num período de cinco semanas, todos os professores e alunos, sem usar manuais escolares, desenvolveram várias atividades e projetos como a estufa de hidroponia, envolvendo a colaboração das disciplinas de Biologia e Geologia e Física e Química. Durante este tempo, os alunos realizaram atividades práticas, no terreno, acompanhando o crescimento das plantas e fazendo registos de observações desenvolvendo, desta forma, o conhecimento científico e o sentido crítico. Este trabalho prático conferiu sentido às aprendizagens porque puderam, primeiro, fazer, tocar, cheirar, ver e compreender os processos de crescimento necessários a diferentes plantas e, apenas mais tarde, utilizaram os manuais para complementar e sistematizar a informação.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/estufa-hidroponia-colegioatlantico>

Gestão Curricular Autónoma no AE de António Feijó

O AE António Feijó iniciou um programa experimental de *Aulas à la Carte*, uma iniciativa de gestão curricular autónoma, que visa a promoção de uma cultura de liberdade de escolha, respeito pela diferença e gosto pelo conhecimento. Assim, num período experimental, no período da manhã, os alunos terão a oportunidade de assistir a uma aula à sua escolha, mediante um programa que lhes é apresentado previamente e onde estes se podem inscrever na aula que pretendem. Estas aulas são preparadas e dinamizadas pelos professores e focam-se em assuntos de complemento curricular específicos de cada ano de escolaridade, numa perspetiva de enriquecimento dos conteúdos trabalhados nas aulas. Esta iniciativa destina-se a alunos do 2º e 3ºCEB e incidem em diferentes temáticas como, por exemplo: história, matemática, língua portuguesa e ciências. O formato destas aulas varia; podem realizar-se visitas de estudo ao exterior, pequenos jogos, visionamento de documentários/filmes, grupos de discussão, atividades experimentais...

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/noticias/escola-antonio-feijo-aulas-a-la-carte-2-semana>

Forte Liderança no AE de Fernando Casimiro Pereira da Silva

O AE Fernando Casimiro Pereira da Silva está a implementar o projeto *ActiveLab* cujo objetivo é combater a ideia tradicional de que apenas se aprende na sala de aula com o professor a lecionar. Através da criação de uma liderança forte por parte da direção, o *ActiveLab* propõe uma maior articulação pedagógica e uma aprendizagem mais integrada. Este AE acredita que a liderança e a visão estratégica são a chave para a melhoria no desempenho de alunos e profissionais, aumentando os seus níveis de satisfação e realização profissional.

O projeto iniciou-se com a formação dos professores com vista à criação de ideias práticas para a interdisciplinaridade. Há coadjuvação e acompanhamento feito por psicólogos e foram criados diversos organismos internos (Núcleo de Articulação Curricular, Guião de Articulação Curricular...) para promover, implementar e avaliar a articulação curricular, os instrumentos para a operacionalização dessa articulação, o trabalho colaborativo e a melhoria das práticas.

Uma das grandes preocupações da escola é dar sentido às aprendizagens dos alunos e ajudá-los a perceber porque é que é importante aprender determinados conteúdos. Nas áreas das línguas, por exemplo, a participação em projetos como o Erasmus+ ou o Comenius fez perceber a importância da aprendizagem de idiomas.

Fonte: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao2018_web_26nov2019.pdf

Bons resultados no 3º Ciclo no AE de Fornos de Algodres

No AE de Fornos de Algodres os reforços às disciplinas que têm exames nacionais, os planos de acompanhamento e os apoios individualizados são algumas das medidas que têm contribuído para o sucesso dos alunos. Existe um projeto de acompanhamento pedagógico e planos para as necessidades específicas de cada aluno; há horas de apoio ao estudo, de esclarecimento de dúvidas e de preparação dos exames nacionais, com turmas reduzidas.

Para combater o absentismo e o abandono, foram adotadas diferentes medidas e estratégias:

- Percursos curriculares alternativos;
- Serviço de Acompanhamento e Ocupação dos Alunos (acompanha os alunos com comportamentos mais desadequados ou que estão a faltar às aulas);
- Trabalho colaborativo entre professores e professores de Educação Especial (que estão na sala, com a turma);
- Coadjuvação nas disciplinas da área das Ciências (maior acompanhamento nas atividades experimentais em laboratório);
- Desporto escolar adaptado para que os alunos com deficiência possam participar nas atividades com os colegas;
- Estabilidade do corpo docente;
- Orçamento participativo (os alunos dão ideias de melhoria dos espaços e das dinâmicas da escola);
- Criação de diversas parcerias com a comunidade por parte do diretor (combate ao isolamento, criação de diversos projetos, clubes e intercâmbios).

Fonte: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao2018_web_26nov2019.pdf

2. Dinâmicas de trabalho e práticas pedagógicas

Trabalho de Projeto no Pré-Escolar e no 1º CEB no AE de Vila Nova de Cerveira

No AE de Vila Nova de Cerveira os alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo realizaram várias atividades inseridas no trabalho de projeto sobre a bolota. Este projeto envolveu várias disciplinas e áreas de conteúdo assim como diversas parcerias com a comunidade educativa e envolvente assim como a família. Permitiu articular com as diferentes áreas do currículo e desenvolver a autonomia e a criatividade dos alunos que foram estimulados para a importância do método científico na resolução de problemas. Ao realizarem, por exemplo, uma receita de pão de bolota para os colegas, os alunos aprenderam, em contexto, conteúdos matemáticos, exploraram a Língua Portuguesa e aprenderam sobre o meio envolvente, a natureza e os recursos que ela nos dá.

Tanto os professores, como famílias sentiram que as crianças se tornaram mais criativas, autónomas, respeitadoras e cooperativas. A articulação entre ciclos de ensino foi também muito incentivada. As aulas tornaram-se muito mais dinâmicas e a sala de aula foi, com muita frequência, a rua onde as crianças puderam observar e aprender sobre a flora autóctone.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/bolota-aevilanovacerveira>

Laboratório Salada de Frutas em Oliveira de Azeméis

O projeto *Salada de Frutas* iniciou-se no ano letivo 2012/2013 e destina-se a crianças do 1.º CEB e aos pais/encarregados de educação. Tem como objetivos trabalhar a roda dos alimentos e a dieta mediterrânea e estimular as crianças para a prática de exercício físico regular de forma a promover um estilo de vida saudável.

No início de cada ano letivo é lançado o Plano de Educação Alimentar do Laboratório Salada de Frutas que coloca à disposição dos educadores e dos professores um conjunto de atividades para que possam selecionar as que mais se adequam às necessidades da turma.

O projeto consiste na realização de provas organoléticas e estímulos sensoriais, onde as crianças têm de identificar, de olhos fechados, o alimento; *workshops* e *showcookings*.

Fonte: http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2019/04/boletim_36_rede-portuguesa-cidades-educadoras_FINAL.pdf

Programação e Robótica no 1º Ciclo em Santo Tirso

O projeto Programação e Robótica no 1.º ciclo envolve quatro agrupamentos de escola e uma escola não agrupada e conta com 704 alunos e 42 professores de vários níveis de ensino. Assume-se como uma estratégia que pretende fomentar o interesse pela ciência e pela tecnologia; a interdisciplinaridade; as atividades experimentais e motivar os alunos para a aprendizagem e sucesso escolar.

O projeto decorre em várias fases, tendo numa fase inicial começado com a capacitação dos professores intervenientes através de 3 ações de curta duração. Numa segunda fase, as escolas envolvidas apresentaram os seus projetos e foram distribuídos *Kits All Aboard* com material diverso para as atividades de robótica e programação. Em conjunto, os kits e as aulas têm facilitado o desenvolvimento do pensamento lógico, da criatividade e do pensamento crítico dos alunos.

Os projetos são acompanhados e monitorizados por uma equipa multidisciplinar do Município de Santo Tirso e pela equipa de formação específica. No final do ano realizar-se-á um encontro de partilha e divulgação dos vários projetos das escolas.

Fonte: http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2019/04/boletim_36_rede-portuguesa-cidades-educadoras_FINAL.pdf

Projeto MUS-E

O projeto *MUS-E* é um projeto internacional que se iniciou na Suíça, em 1994, e que, atualmente, se desenvolve em 13 países europeus e no Brasil. Em Portugal tem sido implementado desde o ano letivo de 1996/1997. Foi concebido e fundado pelo maestro Yehudi Menuhin e tem como objetivo desenvolver as áreas de expressão artística nas escolas públicas do pré-escolar ao 1.º Ciclo, sensibilizando as crianças para a arte e possibilitando-lhes o acesso a formas de expressão e de comunicação diversificadas. Tem também como objetivo prevenir situações de violência, racismo e exclusão social, escolar e cultural, promover o respeito e a solidariedade pelo outro e combater o absentismo e o insucesso.

De acordo com os princípios do projeto, as escolas onde o *MUS-E* se desenvolve são selecionadas por terem grupos populacionais socialmente desfavorecidos.

O projeto inclui diferentes atividades:

- Sessões regulares nas turmas – que se integram nas atividades curriculares da escola e se dividem por quatro áreas principais: Expressão Dramática, Expressão Musical, Expressão Plástica e Movimento e Dança;
- Eventos escolares e comunitários;
- Encontros Nacionais de Animadores e Artistas do Projeto *MUS-E* para partilha de experiências;
- Formação de animadores e professores.

Fonte: <https://www.dge.mec.pt/projeto-mus-e>

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Programas_Projetos_Escola/Documentos/projeto_mus_e_2006.pdf

Diferenciação Pedagógica em sala de aula no AE de Castro Verde

No AE de Castro Verde, uma professora de Português do 6º ano transformou a sala de aula (criando um centro de recursos e dispondo o mobiliário de forma a favorecer o trabalho de grupo), fez alterações na sua prática pedagógica e na sua relação com os alunos, desenvolvendo competências previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. As aulas envolveram diferentes atividades, respeitando o ritmo de aprendizagem dos alunos, construindo o saber, o saber ser, o saber estar e o aprender.

Quem decide qual o ritmo, o que trabalhar, como trabalhar e onde trabalhar é o aluno. Alunos e professor respeitam os ritmos de cada um e ajudam-se mutuamente. Há mapas e grelhas afixados na sala de aula para orientar o trabalho dos alunos e há diversas fontes de informação para serem exploradas autonomamente. Cada aluno tem o seu plano de trabalho e, quando sentem necessidade, pedem ajuda à professora ou a um colega. Também a forma de avaliação é diferente: trabalhos de grupo, apresentações, participação, tudo o que fazem, todo o trabalho realizado é um instrumento de avaliação – há, inclusive, testes que são realizados no computador! Desta forma, a avaliação não se centra apenas no teste e os comportamentos e atitudes são também tidos em consideração.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/portfolio-item/pr%C3%A1tica-de-diferencia%C3%A7%C3%A3o-pedag%C3%B3gica-em-sala-de-aula>

Alunos Promotores de Sucesso no AE de Ribeirão

No AE de Ribeirão, através da atribuição de um tempo de 50 minutos em Oferta Complementar para alunos dos 8.º e 9.º anos ministrado pela professora da disciplina de Matemática, foi criado o projeto APS, Alunos Promotores de Sucesso. O APS centra-se na aprendizagem ativa do aluno promove o trabalho de pares e em pequeno grupo, dando resposta às elevadas taxas de insucesso na disciplina.

Os alunos partilham saberes, utilizam uma linguagem matematicamente desconstruída e permite melhorar competências sociais e académicas mesmo daqueles que têm menos dificuldades. Ao ensinar os outros também se aprendem conteúdos.

No início do ano, é feita uma avaliação diagnóstica na tentativa de se perceber o nível de aprendizagem de cada aluno e as dificuldades que cada um sente para que, ao longo do ano, possa ser facultado um apoio mais individualizado e, posteriormente, são constituídos grupos de trabalho. Em cada grupo deverá existir um aluno impulsor de sucesso que tenha mais facilidade nas matérias e que assumirá o papel de professor, apoiando os colegas do grupo. Estes grupos são formados de acordo com as aprendizagens que vão ser aprofundadas ou consolidadas. Desta forma, os alunos ficam mais

envolvidos na construção do seu próprio conhecimento, percebem e respeitam a diferença e os ritmos de cada um e aprendem a trabalhar colaborativamente. Assim, o projeto APS torna a aprendizagem da matemática mais dinâmica e inclusiva e transforma o professor em mediador.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/projeto-aps-aeribeirao>

Práticas Interdisciplinares com TIC na Escola Básica de Vialonga

Na EB de Vialonga desenvolvem-se várias atividades interdisciplinares com recurso a aplicações de telemóvel e web, nas disciplinas de Ciências, Português, História, TIC entre outras.

O projeto pretende promover a inovação na sala de aula e utilizar as plataformas de apoio ao estudo como o *Kahoot* para proporcionar uma aprendizagem informal e divertida dentro e fora da escola. Através de jogos e diversas aplicações, os alunos podem aprender e aprofundar novos conteúdos, fazer exercícios, apresentar trabalhos, aperfeiçoar a pronúncia do inglês e realizar a preparação para os testes. Assim, as aprendizagens são feitas de uma forma muito mais dinâmica, divertida e familiar para as crianças. Através das redes sociais, alunos e professores partilham informação, organizam trabalhos de grupo e discutem diversos temas interessantes. Também a utilização dos telemóveis é amplamente encorajada para a realização de aprendizagens mais informais e inconsequentes de forma a encorajar o seu uso de forma produtiva e responsável.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/interdisciplinaridade-tic-ebvialonga>

Movimento Escolas Transformadoras - Scholé em Matosinhos

A Scholé é uma escola privada, com as valências de Jardim de Infância e 1ºCEB, onde não há turmas, salas de aula ou disciplinas. Há grupos que estão organizados por níveis de aprendizagem nas diferentes áreas. Nesta escola aprende-se jogando, a brincar, sem se aperceber que se está a aprender. Baseada numa metodologia própria de projetos interdisciplinares, o seu modelo constitui uma nova forma de colaboração e aprendizagem de todos através da relação aberta e democrática entre alunos e professores. Através dos projetos que, geralmente têm a duração de, no mínimo seis semanas, são desenvolvidas diversas competências descritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e vai-se ao encontro das metas curriculares e dos currículos.

A avaliação é feita diariamente, de forma informal, através de registos de observações, das produções dos alunos e sessões de *feedback* semanal. Ninguém faz testes ou fichas!

A Scholé tem, ainda, o projeto Bibliolé; que promove a troca de livros com a comunidade.

Fonte: <https://portugal.ashoka.org/51-schole>

Movimento da Escola Moderna na EB de Capelas, na ilha de São Miguel

Baseado no Movimento da Escola Moderna e inspirado por projetos como a Escola da Ponte e o Projeto Âncora, o projeto *Novas Rotas* coloca os alunos no centro da escola. Este projeto destina-se a crianças do pré-escolar e a alunos do 1º ao 2ºCEB e organiza-os em núcleos heterogéneos, sem turmas e níveis. Existem três núcleos: o da educação pré-escolar, o núcleo de iniciação, com alunos em fase de alfabetização, e o núcleo de autonomia. As aprendizagens são desenvolvidas numa correspondência

com os anos de escolaridade e os horários dos diferentes grupos são definidos de acordo com as necessidades de cada grupo e o nível em que se encontram. Aprende-se de acordo com a Metodologia de Trabalho de Projeto, o que torna as aprendizagens mais significativas, holísticas e contextualizadas.

Para facilitar a autonomia dos alunos e o processo de ensino-aprendizagem, foram criados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- Mapas de desenvolvimento curricular;
- Plano Individual de Trabalho;
- Instrumentos de pilotagem (mapas de presenças, cronogramas de atividades e registos de avaliação...);
- Planos diários de trabalho.

Este projeto tem algumas particularidades interessantes:

- Participação das crianças – elaboração do Plano Anual de Atividades, assembleias semanais e grupos de responsabilidade (grupos responsáveis por determinadas tarefas compostos por crianças de todos os níveis);
- Diferenciação pedagógica;
- Inexistência do professor titular ou do diretor de turma – cada aluno tem um tutor e trabalha, conforme as atividades, com todos os outros professores;
- Figura do tutor – acompanha cada aluno e tem como responsabilidade a avaliação formativa e individual do aluno assim como o apoio em todo o seu processo educativo. É responsável pela atualização do dossiê individual dos alunos que acompanha e por manter os encarregados de educação informados acerca da evolução dos seus educandos;
- Trabalho colaborativo entre os docentes;
- Existência de parcerias com a comunidade – dinamização de atividades de leitura para as crianças, ateliês, atividades de enriquecimento curricular...

Fontes: <https://novasrotasblog.wordpress.com/o-que-e-2/>

http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao2018_web_26nov2019.pdf

Intervisão e coadjuvação

- o projeto Fénix e a Turma Mais no AE Paulo da Gama

No AE Paulo da Gama, nos 1º e 2º Ciclos, os docentes apostam na coadjuvação e na assistência de aulas dos colegas visando a partilha de saberes e de experiências. Na intervisão os docentes assistem às aulas dos colegas (dentro ou fora do seu departamento) e, no caso da coadjuvação, existem parcerias estabelecidas entre a professora de educação especial e os diretores de turma.

O *Projeto Fénix* destina-se aos alunos dos 1º, 2º e 5º anos de escolaridade que demonstram maiores dificuldades de aprendizagem e concretiza-se da seguinte forma:

- Constituição de dois grupos (um para apoio a Matemática e outro para apoio a Português);
- Diferentes momentos – no primeiro período, a docente de apoio fica com a turma em sala de aula e, nos dois períodos seguintes, dá apoio aos alunos em pequenos grupos, fora da sala de aula;
- Criação de Turmas Fénix - ninhos nos quais são temporariamente integrados os alunos que necessitam de um maior apoio para conseguir recuperar aprendizagens, permitindo um ensino mais individualizado, com respeito por diferentes ritmos de aprendizagem.

- Ninhos – funcionam no mesmo tempo letivo da turma de origem, o que permite não sobrecarregar os alunos com tempos extra de apoio educativo. Assim que o nível de desempenho esperado é atingido, os alunos regressam à sua turma de origem.
- Criação de ninhos para alunos com elevadas taxas de sucesso, de forma a permitir o desenvolvimento da excelência.

A *Turma Mais*, destina-se aos alunos do 3ºCEB em que a disciplina de Físico-química é lecionada com coadjuvação. Estas turmas são mais pequenas e, na perspetiva dos alunos, funcionam melhor, de forma mais calma e silenciosa, facilitando a aprendizagem e a melhoria de notas.

Fonte: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao2018_web_26nov2019.pdf

Escola Básica da Ponte em Santo Tirso

A Escola da Ponte é uma escola pública que, inspirada no Movimento da Escola Moderna e através de um contrato de autonomia, tem vindo a procurar alternativas na sua intervenção, esforçando-se por fazer diferente e por responder a todos os alunos, numa organização democrática, diferente da convencional e com formas de trabalho muito próprias:

- Utilização da Metodologia de Trabalho de Projeto;
- Existência de assembleias;
- Promoção do trabalho individual, a pares e em grupo;
- Não imposição de conteúdos – os alunos escolhem por onde querem começar e progredem em função do que querem aprender;
- Inexistência de manuais préestabelecidos – há manuais diversos e outros documentos que os alunos constroem e que são colocados na biblioteca existente no espaço de trabalho;
- Inexistência de turmas, anos ou ciclos – existem núcleos de aprendizagem;
- Organização dos professores em equipa que apoia qualquer aluno que o solicite;
- Os docentes acompanham a planificação, o desenvolvimento, a autorregulação da aprendizagem e a avaliação dos respetivos resultados;
- Planos individuais, quinzenais e diários, onde os alunos definem o que pretendem aprender em determinado período. Este plano é elaborado em parceria com os orientadores das diferentes valências curriculares, com o professor tutor e com os pais;
- Monitorização semanal da aprendizagem feita com o tutor;
- Criação de grupos de trabalho e da figura do orientador educativo – ajudar os alunos quando estes não conseguem concretizar os seus objetivos;
- Dispositivo “preciso de ajuda” – aulas diretas, preparadas por um professor, para todos os alunos que manifestam interesse em usufruir desta ajuda;
- Dispositivo “posso ajudar em...” – quando um determinado aluno sente que tem um conhecimento aprofundado sobre determinado assunto e que pode ajudar os pares, prepara-se para transmitir o que sabe a quem precisa de ajuda na matéria em questão.

Fonte: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao2018_web_26nov2019.pdf

3. Comunidade e escola

Cidadania e Inovação na Educação Geográfica por todo o país

O projeto *Nós propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica* é realizado a nível nacional e apoiado pelo Ministério da Educação e Ciência através da Direção-Geral da Educação, sendo promovido pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa em colaboração com a Esri Portugal.

Destina-se a alunos e professores da disciplina de Geografia, geralmente, do 11.º ano do ensino secundário, mas conta também com a participação de alunos de 10.º e 12.º anos e de cursos profissionais. Tem como finalidade promover uma efetiva cidadania territorial local através de estudos de casos em que os alunos identificam problemas locais e apresentam uma proposta de solução como, por exemplo, a recuperação de um edifício abandonado ou a alteração do percurso de uma carreira de transportes públicos.

O projeto mobiliza escolas em todo o país, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e promove a criação de parcerias com autarquias, universidades, associações e empresas onde alunos e professores tem várias reuniões.

Fonte: <http://nospropomos2016.weebly.com/>

BiblioArte LAB em Poços de Caldas

O projeto *BiblioArte LAB* é um projeto da Biblioteca Municipal Centenário, em Poço de Caldas e desenvolvido pela ONG Casa da Árvore, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura.

Decorre num laboratório de inovação e prática de leitura criado dentro de um espaço cedido pela secretaria e que conta com vários recursos disponíveis (eletrónica, computadores, notebooks, smartphones, uma lousa digital, entre outros).

O projeto tem como objetivos criar práticas de leitura e incentivar a formação de leitores através da utilização da tecnologia e foi divulgado às escolas públicas da região convidando os jovens a participar. No decurso do projeto, os alunos elaboram publicações eletrónicas e vídeos literários para canais online e transformam obras literárias em memes ou em pequenas animações para a internet.

Fonte: <http://porvir.org/cultura-digital-aproxima-jovens-de-biblioteca-publica/>

Programação na Rota dos Geossítios no AE de Arouca

No AE de Arouca os alunos de 5.º ano desenvolveram um jogo interativo para plataformas móveis (IOS e Android) sobre o património natural do Geopark Arouca, envolvendo os professores das disciplinas de História e Geografia, Ciências, Português e TIC. Estes professores reúnem semanalmente para fazerem a articulação dos conteúdos e reuniões preparatórias.

Os alunos aprendem, muitas vezes, fora da sala de aula, nomeadamente na Serra da Freita. Aqui, têm a oportunidade de contactar com o espaço físico e natural do Geopark e adquirir inúmeros conhecimentos que são, mais tarde, sistematizados na sala de aula em articulação com as diferentes disciplinas e professores.

Este tipo de projeto desenvolve nos alunos o raciocínio lógico e capacidades computacionais. Pretende-se, ainda, preservar e divulgar o património geológico de Arouca, incentivar o turismo da região e o respeito pela natureza assim como a aquisição de inúmeros conhecimentos sobre Geologia, História e Geografia da região.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/programacao-rota-geossitios-aearouca>

Movimento Escolas Transformadoras na Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe

Através de colaborações com a rede local, do trabalho direto com as famílias e do envolvimento dos alunos e professores, a Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe é um exemplo de um projeto educativo que se soube adaptar e servir o contexto em que trabalha, tornando-se um verdadeiro agente transformador na comunidade local.

Os alunos são apoiados tanto no plano relacional e emocional, como a nível de competências-chave necessárias à realização pessoal e profissional. São cuidados e apoiados por professores que veem para além de métricas de sucesso tradicionais e não se limitam às responsabilidades esperadas de um mero lecionador.

O *Trajetos Seguro* abrange todos os alunos do 2º ano. Através de uma estreita colaboração com a rede de ação social local, a escola oferece a estes alunos um acompanhamento continuado a nível da saúde, relações familiares, desenvolvimento da inteligência emocional e apoio pedagógico, de forma a que se sintam preparados, seguros, apoiados e motivados a sonhar e concretizar os seus sonhos.

Outra iniciativa que mudou fundamentalmente o ambiente vivido na escola e as mentalidades dos alunos é a *Assembleia da Reconciliação*, onde semanalmente os alunos avaliam e procuram soluções para os desafios da comunidade escolar, de forma democrática e colaborativa.

Fonte: <https://portugal.ashoka.org/12-escola-basica-integrada-de-rabo-do-peixe>

Um Ninho no AE Dr. Azevedo Neves

Localizado numa zona problemática na Damaia, o AE Dr. Azevedo Neves percebeu que a via da profissionalização é o caminho. Assim, cruzaram a escola com as empresas onde, desde o 9º ano, os alunos podem estagiar com um subsídio de 100 a 150 euros. Também aqui existe a figura dos padrinhos para os alunos mais novos cuja função consiste em apoiar os recentemente chegados, ajudando-os na sua integração ou na resolução de algum problema.

O Gabinete de Apoio Pedagógico também dá suporte aos alunos e às respetivas famílias. Em caso de existir absentismo, por exemplo, a equipa do gabinete, juntamente com uma assistente social, vai a casa da família perceber o que se passa.

Uma estreita relação com a junta de freguesia, a câmara municipal e a polícia, ajudam a escola a perceber o que os alunos fazem fora da escola e a intervir, se necessário, a fim de ajudar e prevenir comportamentos de risco. O diretor do agrupamento afirma que *“o nosso lema é agir, o que implica antecipar os problemas, mas, se for preciso, vamos vê-los à prisão”*.

Fonte: <https://www.publico.pt/2010/03/22/portugal/noticia/escolas-cinco-exemplos-de-boas-praticas-1428745>

INCLUD-ED - Comunidades de Aprendizagem no AE nº1 de Serpa

Com o objetivo de alcançar o sucesso académico e a inclusão e coesão social, o AE nº1 de Serpa implementou o projeto *INCLUD-ED – Comunidades de Aprendizagem* que consiste na dinamização de aulas, numa perspetiva de educação não-formal, em parceria com a comunidade local. Foram criados diversos grupos interativos e heterogéneos em que os alunos estão organizados em pequenos grupos e contam com a participação de professores, famílias e voluntários da comunidade.

O objetivo é promover interações educacionais, culturais e sociais entre vários agentes comunitários baseando-se na ideia de que para educar uma criança é necessária toda uma aldeia.

Nestes grupos, alunos, professores, famílias e voluntários partilham ideias, leituras, conhecimentos e experiências de uma forma dinâmica e interativa, respeitando a voz e a participação de todos durante estas tertúlias.

A biblioteca foi, também, aberta fora do tempo letivo com o objetivo de incentivar as interações entre todos através da realização de diferentes cursos e atividades.

Este projeto partiu de uma investigação que decorreu ao longo de vários anos, em escolas de diferentes países e que incidiu sobre diversas comunidades que promoviam projetos de aprendizagem. No decorrer desta investigação, identificaram-se ações que, independentemente do contexto, tiveram sucesso, o que lhes confere a possibilidade de serem transferíveis para quaisquer escolas ou comunidades. É um projeto que pretende envolver toda a comunidade e não apenas alunos e professores.

Fonte: *Estudo de avaliação do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica*

Alunos Assessores e Alunos Tutores

Perspetivando uma escola mais democrática e participativa, existem exemplos da integração de alunos nas estruturas dos AE no sentido de dar mais voz às crianças e de as envolver nos processos e nas decisões da escola que, inevitavelmente, lhes dizem respeito. Destaca-se, por exemplo, a representação no Gabinete de Coordenação dos Projetos Multidisciplinares de alunos eleitos pelos pares. Noutra escola, uma aluna foi nomeada assessora de comunicação do diretor com o intuito de agilizar e promover uma maior e mais eficaz comunicação entre alunos, professores e direção. Existe, também, a figura do aluno tutor e de antigos alunos que atuam como monitores nas atividades dos clubes escolares como, por exemplo, o clube de robótica.

Fonte: *Estudo de avaliação do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica*

4. Educação para a cidadania

Conversas com Impacto – livres e iguais, em Vila Franca de Xira

O evento *Conversas com Impacto – livres e iguais* foi promovido pela Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em colaboração com a Amnistia Internacional. A iniciativa decorreu em 2018 e envolveu 200 jovens, professores e outros agentes educativos assim como ativistas internacionais. Foi integrado nas comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da ratificação portuguesa da Declaração Europeia dos Direitos Humanos. O evento consistiu na apresentação de experiências, ideias e projetos de forma a refletirem e debaterem, em conjunto, a temática em causa. Houve, ainda, uma exposição, uma declamação de poesia e algumas dramatizações de peças escritas pelos alunos.

O evento foi uma forma sensibilizar para a importância de acabar com todo o tipo de discriminação, promovendo a igualdade entre todos. Permitiu momentos de reflexão e partilha, incentivando ao pensamento crítico e à participação em dinâmicas culturais e artísticas.

Fonte: http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2019/04/boletim_36_rede-portuguesa-cidades-educadoras_FINAL.pdf

Projeto de Cidadania no AE de Alvalade

No AE de Alvalade, na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, foi criado um projeto de Cidadania. Vários professores acompanham um grupo de alunos do ensino secundário que desenvolvem diversas atividades semanais na comunidade, nomeadamente com idosos e crianças, num centro paroquial. Este projeto tem como objetivo sensibilizar os alunos para a participação cívica e comunitária fazendo com que tomem consciência de si e da sua influência na comunidade onde se inserem. Pretende, ainda, que os alunos se tornem mais participativos na vida dessa comunidade. Desta forma dá-se ferramentas aos alunos para que eles sejam mais ativos no seu processo de aprendizagem, mais críticos e conscientes do mundo que os rodeia.

A escolha deste projeto de voluntariado foi feita pelos alunos, com o auxílio da professora responsável, e através do estabelecimento de uma parceria com um centro paroquial da região.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/projeto-cidadania-aealvalade>

Escolas Amigas dos Direitos Humanos na Escola Secundária Rainha Santa Isabel

O projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos é desenvolvido pela Amnistia Internacional e surge no âmbito do Programa Mundial para a Educação para os Direitos Humanos, promovido nas escolas básicas e secundárias de todo o mundo, incluindo Portugal. Este projeto tem como objetivo uma aproximação holística à educação para os direitos humanos, incentivando os governos não só a apoiarem as escolas no ensino dos direitos humanos, mas também a garantirem que as escolas são dirigidas de acordo com os valores e princípios dos direitos.

A Escola Secundária Rainha Santa Isabel é uma das cinco escolas portuguesas que integra este projeto através do Clube de Direitos Humanos, constituído em 1997. Este clube tem contribuído fortemente para uma abordagem integrada dos Direitos Humanos na escola através da realização de diversas atividades que pretendem diminuir a discriminação, promover a inclusão e a participação ativa e responsabilização de todos os membros da comunidade escolar e empoderamento através do ensino e da aprendizagem.

Fonte: <https://www.amnistia.pt/eadh-pagina/>

Combate ao bullying no AE de Vagos e no AE de Valdevez

O *bullying* e a violência escolar foram temas trabalhados pelos alunos, pela comunidade educativa e pelas famílias nos agrupamentos de escolas de Vagos e de Valdevez. Foram o ponto de partida para a constituição do Clube Mediador, um projeto lançado pelos professores com o objetivo de sensibilizar toda a comunidade educativa para estes fenómenos.

No AE de Vagos, os alunos foram convidados a realizarem alguns trabalhos, cartazes e apresentações sobre este tema. Estes cartazes foram colocados nos pontos mais críticos da escola. Através de inquéritos, realizou-se um diagnóstico sobre a situação e disponibilizaram-se vídeos e documentos variados para que os professores os pudessem utilizar nas aulas de Formação Cívica. Para os alunos do 5º ano, grupo crítico e suscetível a comportamentos agressivos por parte dos colegas mais velhos, foi criada a figura do “padrinho” e realizaram-se atividades lúdicas e desportivas onde se envolveram vítimas e agressores e criou-se um blog sobre o tema.

No AE de Valdevez também se criou a figura dos padrinhos e constituiu-se uma equipa pluridisciplinar (docentes e duas psicólogas) que realizam a triagem dos casos sinalizados e apresenta estratégias de resolução e mediação de conflitos para cada situação. Tanto a vítima como o agressor recebem acompanhamento e, este último, ao invés de ser suspenso, tem de realizar, obrigatoriamente, trabalhos no espaço escolar.

Fonte: <https://www.publico.pt/2010/03/22/portugal/noticia/escolas-cinco-exemplos-de-boas-praticas-1428745>

O bullying enquanto peça de teatro no Algarve

Neste projeto o *bullying* assume-se como uma peça de teatro: há quem assuma o papel de agressor e há quem seja a vítima. Depois, há a plateia que assiste sem nada fazer para inverter o guião. Partindo desta ideia, a Companhia de Teatro do Algarve visita as escolas da região com uma peça interativa onde os alunos são chamados a experimentar diferentes papéis e a encontrar soluções para a violência.

O projeto do Teatro para a Educação decorre há alguns anos e aborda temas como a sexualidade ou a toxicodependência. Mais recentemente, a companhia trabalha a temática do *bullying* porque se aperceberam de que os alunos estão mais indisciplinados e a violência é a única linguagem que conhecem. A peça – escrita por docentes e encenada por um professor – pretende que, durante hora e meia, os alunos imaginem e experienciem o que é estar na pele da vítima.

O grupo de atores que integra o elenco apresenta um episódio com um agressor, uma vítima e dois amigos e a audiência escolhe as pessoas que devem ser chamadas a intervir no conflito. Depois, devem representar os personagens dados que, geralmente, são o professor, o diretor da escola, o pai ou a mãe. Por fim, os alunos ficam com a tarefa de imaginar um final positivo e outro negativo para a história.

Fonte: <https://www.publico.pt/2010/03/22/portugal/noticia/escolas-cinco-exemplos-de-boas-praticas-1428745>

5. Novas práticas avaliativas

Monitorização e Avaliação no AE de Colmeias

A letivos do AE de Colmeias produziu um documento orientador e uma matriz para orientar a monitorização e avaliação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular nas escolas. Entre muitas outras medidas, destacam-se as seguintes:

- Criação da figura de coordenador do projeto;
- Criação da figura de coordenador da disciplina Cidadania e Desenvolvimento;
- Reuniões de articulação entre o 5.º e o 7.º anos;

- Reflexão sobre os critérios específicos de avaliação por disciplina;
- Escolha, com os alunos, dos temas e subtemas das DAC (Domínios de Autonomia Curricular) assim como a letivos das aprendizagens a desenvolver em cada disciplina envolvida nas DAC;
- Criação de, pelo menos, uma ação de formação de curta duração, acreditada pelo Centro de Formação, no seguimento do trabalho colaborativo e de articulação curricular que se desenvolve nos conselhos de turma.

Pretende-se, com isto, recolher evidências das práticas organizacionais e pedagógicas e promover o debate/reflexão sobre o projeto de autonomia e flexibilidade curricular com vista a avaliar e desenhar estratégias para os anos letivos seguintes.

Fonte: <http://afc.dge.mec.pt/pt/praticas/monitorizacao-avaliacao-aecolmeias>

Metas Modulares, Contrato Pedagógico e Coresponsabilização

A realização de um contrato pedagógico poderá ser uma boa opção para a promoção do sucesso escolar e para a adequação das estratégias de intervenção junto dos alunos. Este contrato é elaborado sempre que um aluno não está a obter os níveis de desempenho desejados e é assinado e negociado entre este, o professor e os pais/EE. É o próprio aluno que estabelece aquilo que será melhor para si com o intuito de ultrapassar as dificuldades. A monitorização destes contratos fica a cargo dos professores supervisores.

A definição de metas modulares é outra estratégia focada no acompanhamento individualizado, no percurso dos alunos e no respeito pelos seus ritmos com vista a superar dificuldades e estimular a qualidade das aprendizagens. Esta medida foi aplicada, primeiramente, a alunos dos 5º e 7º anos, na disciplina de Matemática, e consistiu na definição de metas por módulos e na reorganização dos conteúdos numa perspetiva modular, orientada para um percurso de aprendizagem individual. Desta forma, a aprendizagem é realizada no final de cada módulo e não permite que os alunos avancem sem terem atingidos as metas estabelecidas.

Fonte: *Estudo de avaliação do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica*

Instrumentos de avaliação diversos

Criar uma avaliação mais diversificada, implica pensar em instrumentos de registo mais formativos que incidam nos processos e nos desempenhos e que contenham informações e sugestões para que os pais/EE possam melhor apoiar os seus educandos. Partilhamos algumas ideias para diversificar a avaliação:

- *Feedback* regular (mensal) dado aos pais/EE sobre o desempenho dos seus educandos.
- Diversificar o tipo de instrumentos de avaliação usados – portefólio, apresentações, ferramentas digitais (Kahoot, Socrative, Mentimeter...), observações naturalistas dos alunos durante as atividades, testes e fichas diferenciados;
- Não se basear apenas nos testes sumativos;
- Participação de diversos atores na avaliação dos alunos;
- Avaliação entre pares e autoavaliação – evidenciar o papel formador/formativo da avaliação, através da promoção da autorreflexão do aluno sobre o seu próprio percurso.

Fonte: *Estudo de avaliação do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica*

Avaliação por Portefólio

O portefólio é uma coleção organizada e devidamente planeada de trabalhos produzidos pelos alunos ao longo de um determinado período. Este instrumento proporciona uma visão alargada e pormenorizada das diferentes componentes do desenvolvimento cognitivo, metacognitivo, afetivo e moral dos alunos. O portefólio reflete todo o percurso de aprendizagem do aluno: as suas dificuldades e estratégias de superação e o que realizou e aprendeu. Deste modo permite uma avaliação muito completa e real e para, inclusivamente, envolver desafiando-os para contribuir com algumas transformações e aprendizagens dos seus educandos.

Este documento pode incluir trabalhos dos alunos, registos áudio, fotografias, vídeos, notas, registos, atividades extracurriculares, interesses, etc. e tem a vantagem de poder contar com a intervenção dos diferentes atores. Desta forma, possibilita a autoavaliação do aluno e também a sua heteroavaliação, por parte daqueles que, de alguma forma, estão envolvidos no seu processo de ensino-aprendizagem.

Fonte: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Avaliacao/portefolios.pdf>

6. Outros projetos e iniciativas

Em seguida apresentaremos outros projetos externos às escolas, mas onde estas podem participar.

Eco Escolas

O projeto Eco Escolas é um projeto de educação ambiental promovido pela *Foundation for Environmental Education* que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade como, por exemplo, a adoção de diferentes medidas ambientais sustentáveis na escola.

Fonte: <https://ecoescolas.abae.pt/>

CoLAB

O projeto CoLAB é promovido pela Direção-Geral da Educação e consiste em lecionar as aulas em colaboração, onde os docentes desenvolvem as suas aulas recorrendo à utilização de metodologias interativas como a Metodologia de Trabalho de Projeto, o *Inquiry Based Learning*, a resolução de problemas ou as aulas invertidas. Por exemplo, no 1.ºCEB, o trabalho colaborativo incide no 2.ºano, na disciplina de Matemática, em que outro docente trabalha com o professor titular de turma na aplicação de metodologias adaptadas a cada aluno.

Fonte: <https://www.erte.dge.mec.pt/co-lab>

Projeto EduLabs

Este projeto é promovido pela Direção-Geral da Educação em parceria com o consórcio *E-Xample* e tem como objetivo principal dotar as salas de aula de sistemas tecnológicos integrados de *hardware*, *software* e plataformas de ensino interativas numa perspetiva de sala de aula inteligente. As salas EduLab dispõem de equipamentos como quadros interativos, computadores portáteis para os professores, tablets para os alunos, pontos de acesso para a rede da escola, servidores de conteúdos e plataformas e aplicações de ensino e aprendizagem de acesso livre.

Fonte: <https://erte.dge.mec.pt/edulabs>

Apps for Good

Apps for Good é uma startup inglesa que pretende dotar os alunos de ferramentas que lhes permitam criar aplicações que resolvam problemas concretos. Através das novas tecnologias e da internet, os alunos aprendem algoritmos e como utilizar a internet para criarem determinados protótipos.

Fonte: <https://www.appsforgood.org/>

Ciência na Escola

A Ciência na Escola é um projeto inovador da Fundação Idílio Pinho que consiste no lançamento de um concurso anual de ideias para projetos de natureza científico-pedagógica nas áreas das ciências organizado para escalões etários distintos, incluindo os cursos profissionais. Este concurso é lançado às escolas, no início do ano letivo e os alunos, juntamente com um professor responsável, apresentam as suas ideias, sendo selecionadas as melhores para o desenvolvimento ao longo do ano letivo, em paralelo com as atividades curriculares. Antes do término do ano letivo, são premiados os melhores projetos.

Fonte: <https://www.fundacaoip.pt/ce/>

Vamos brincar com o IKEA

O IKEA, uma empresa de mobiliário e decoração, realizou um estudo sobre a importância do brincar, defendendo que *“através da brincadeira, conseguimos estabelecer ligações, criar, recarregar energias, escapar à rotina e explorar.”* Neste sentido promove diversos passatempos, *workshops* e concursos que apoiam o direito à brincadeira e se destinam a todos: crianças, jovens e adultos. Tem, inclusive, nas suas lojas, um espaço destina à brincadeira, o *Småland*, que oferece um conjunto de recursos para as crianças brincarem.

Apresenta também várias ideias e sugestões de brincadeira para diferentes espaços, seja na escola, em casa ou na rua e promove iniciativas para as escolas. Exemplo disso é o concurso “Vamos Brincar na Escola” destinado a crianças das escolas públicas do 1ºCEB como forma de promover mais e melhor brincadeira.

Fonte: <https://www.ikea.com/pt/pt/this-is-ikea/community-engagement/vamos-brincar-pub4b12ce39>

Plano Nacional de Artes - uma forma de promover e valorizar a arte

O Plano Nacional de Artes, promovido pela Direção-Geral da Educação, tem como objetivo tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, particularmente às crianças e aos jovens. *“Pretende incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração e parcerias com entidades públicas e privadas, designadamente, trabalhando em articulação com os planos, programas e redes pré-existentes”.* Neste sentido, intervêm em três eixos: a política cultural, a capacitação e a educação e acesso, apresentando um conjunto de projetos em cada eixo que envolve várias entidades para a sua execução.

Fonte: <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-das-artes>

Programa DECOJovem - Educação do consumidor

É um programa promovido pela DECO dirigido a todas as escolas ou agrupamento de escolas dos

diferentes níveis de ensino. Consiste no desenvolvimento de atividades e projetos na área do consumo, de acordo com o currículo escolar. Tem como objetivo “*promover a formação de crianças e jovens esclarecidos, críticos e responsáveis pelos seus atos de consumo*”. No decorrer do projeto, a DECO disponibiliza várias atividades como concursos, desafios, sessões informativas sobre as diferentes temáticas de educação do consumidor, debates, conferências, *peddypapers* entre outras. Como forma de distinguir o trabalho desenvolvido pela escola, é atribuído um prémio anual.

Fonte: <https://decojovem.pt/bem-vindo-a-decojovem/>

Concurso Jovens Cientistas

O “Concurso para Jovens Cientistas” é um concurso de âmbito nacional desenvolvido pela Fundação da Juventude, desde 1992. Destina-se a alunos do Ensino Básico e Secundário ou do primeiro ano do Ensino Superior e tem como objetivo promover os ideais de cooperação e intercâmbio entre jovens cientistas e investigadores.

Consiste, portanto, na realização de projetos científicos inovadores nas escolas, numa das seguintes áreas de estudo: Biologia, Ciências da Terra, Ciências do Ambiente, Ciências Médicas, Ciências Sociais, Economia, Engenharia, Física, Informática/Ciências da Computação, Matemática, Química e Bioeconomia. No final são atribuídos prémios aos melhores projetos.

Fonte: <http://www.fjuventude.pt/pt/1459/26-concurso-para-jovens-cientistas.aspx>

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
E NAS APRENDIZAGENS

PROMOÇÃO DO SUCESSO
EDUCATIVO DE TODOS



**Práticas de Excelência
Experiências Inovadoras**

- Têm abordagens curriculares abertas e colaborativas
- Colocam o aluno no centro
- Promovem a autonomia e a responsabilidade
- Dão respostas eficazes às necessidades do mundo contemporâneo
- São adequadas a cada aluno, família e comunidade
 - Integram todos os agentes educativos

- Gestão integrada, articulada e progressiva do currículo
 - Realização de projetos
 - Jogo e brincadeira como forma de aprender
 - A sala de aula também está fora da escola
 - Aprender em contexto e na/com a comunidade
- A avaliação é essencialmente formativa

APRENDER EM DIFERENTES CONTEXTOS,
COM DIVERSOS ATORES E DE FORMA DIVERSIFICADA

Como mudam as escolas?





NOTAS FINAIS

- Encare a sua escola e a sua turma como um contexto único
- Veja nos DL 54/2018 e 55/2018 uma oportunidade de mudança
- Inspire-se nos bons exemplos que já existem
- Desafie os seus colegas a fazer diferente
- Mudar práticas é possível
- Veja um espaço de mudança para a escola e para a educação
- A mudança de práticas acontece quando toda a escola está em sintonia
- A inovação pedagógica não pode ser um ato isolado, de um professor, numa disciplina
- Privilegie a Metodologia de Trabalho de Projeto e os métodos ativos
- Oíça os alunos e tome em consideração as suas sugestões
- Peça ajuda à sua equipa educativa

Pensar cada escola como única é o primeiro passo para a mudança.
As escolas transformam-se com todos e os resultados são de todos

Referências Bibliográficas

Agência Nacional para a Qualificação. (2010). *Iniciativa Novas Oportunidades*.

Azevedo, J. (2016). *Parecer sobre Organização da escola e promoção do sucesso escolar*. Conselho Nacional de Educação

Barata, M.C. et al (2012). *Avaliação do Programa Mais Sucesso Escolar*. Centro de Investigação e Intervenção social – Instituto Universitário de Lisboa

Canavarro, J. (2004). *Eu Não Desisto. Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*. Ministério da Educação – Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Cohen, A. et al. (2019). *Da Flexibilidade ao Plano de Inovação...o caminho*. Agrupamento de Escolas de Alcanena

Cordeiro, A. et al. (2018). *Sin(tra): aprender e viver melhor num território inteligente e sustentável*. Projeto Educativo Local 2018-2015. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Câmara Municipal de Sintra

Cordeiro, A. Alcoforado, L. et al. (2018). *Sucesso escolar: Plano para a melhoria dos Resultados Escolares. Projeto Educativo Local de Sintra Volume III*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Câmara Municipal de Sintra

Cosme, A. (2018). *Relatório Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC): Estudo Avaliativo da Experiência Pedagógica desenvolvida em 2017/2018 ao abrigo do despacho n.º 5908/2017*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto

Guilherme, O.M. et al (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).

Lima, L. (1999). E DEPOIS DE 25 DE ABRIL DE 1974. Centro(s) e periferia(s) das decisões no governo das escolas. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº43,2014,141-160

Miguéis, M. et al. (2019). *Estado da Educação 2018*. Conselho Nacional de Educação (CNE)

Costa, E. & Almeida, M. (2019). Estudo de avaliação do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Monteiro, A.R. (2005). *História da Educação – uma perspetiva*. Lisboa: Porto Editora.

Pinto, C. et al (2012). *Relatório TEIP 2010/2011*. Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral da Educação.

FONTES

Enquadramento Legal

Decreto-Lei n.º 5/73 de 25 de julho. Diário do Governo n.º 173 – I Série. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 735-A/74 de 21 de dezembro. Diário do Governo n.º 297/1974, 2º Suplemento, Série I. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 172/91 de 10 de maio. Diário da República n.º 107/1991, Série I. Ministério da Educação. Lisboa

Decreto-Lei 115A/98 de 4 de maio. Diário da República n.º 102/1998, 1º Suplemento, Série I. Ministério da Educação. Lisboa

Portaria n.º 1082-A/2001 de 5 de setembro. Diário da República n.º 206/2001, 1º Suplemento, Série I-B. Ministério da Educação. Lisboa

Despacho Conjunto n.º 453/2004 de 27 de julho. Diário da República n.º 175/2004, Série II. Ministério da Educação. Lisboa

Despacho n.º 14753/2005 de 5 de julho. Diário da República n.º 127 –Série II. Ministério da Educação. Lisboa

Despacho Normativo n.º 50/2005. Diário da República n.º 215/2005, Série I-B de 2005-11-09

Decreto-Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto. Diário da República n.º 166/2009, Série I. Ministério da Educação. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, Diário da República n.º 253/2013, Série I de 2013-12-31

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 de 24 de março. Diário da República n.º 70/2016, Série I. Ministério da Educação. Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 Diário da República, 1.ª série — N.º 70 — 11 de abril de 2016

Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio. Diário da República, 2.ª série — N.º 90. Ministério da Educação. Lisboa

Despacho n.º 5908/2017, Diário da República, 2.ª série — N.º 128 — 5 de julho de 2017

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 06 de julho. Diário da República n.º 129/2018 – 1ª Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 06 de julho. Diário da República n.º 129/2018 – 1ª Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Referências Eletrônicas

Alves, S., Madanelo, O. & Martins, M. (2019). *Autonomia e Flexibilidade Curricular: caminhos e desafios na ação educativa*. Consultado em dezembro de 2019 em: <file:///C:/Users/sandr/Downloads/387-Texto-2324-2-10-20191211.pdf>

Amnistia Internacional (s/data). *Escolas Amigas dos Direitos Humanos*. Consultado em novembro de 2019, em: <https://www.amnistia.pt/eadh-pagina/>

Apps for Good (s/ data). Consultado em dezembro de 2019, em: <https://www.appsforgood.org/>

Ashoka (s/ data). *Escolas Transformadoras em Portugal*. Consultado em novembro de 2019, em: <https://portugal.ashoka.org/10-escolas-transformadoras-portuguesas>

Autonomia e Flexibilidade Curricular. (2019). *Aulas à la Carte*. Consultado em novembro de 2019, em: <http://afc.dge.mec.pt/pt/noticias/escola-antonio-feijo-aulas-a-la-carte-2-semana>

Autonomia e Flexibilidade Curricular (2019). *O que fazem as escolas?* Consultado em novembro de 2019, em: <http://afc.dge.mec.pt/>

Edulog Fundação Belmiro de Azevedo. (2019). *O problema das reprovações*. Consultado em novembro de 2019, em: https://www.edulog.pt/artigos/em-analise/o-problema-das-reprovacoes?fbclid=IwAR0FB5-v-cyfbWbho5VVR6BK-QAb6kQ7_b9CGsWWLipc8Fwu0-GZSkxik_E

Fundação Ilídio Pinho (s/ data). *Prémio Ciência na Escola*. Consultado em dezembro de 2019, em: <https://www.fundacaoip.pt/apresentacao-do-projeto/>

Observador. (2019). *Oito escolas que estão a mudar o ensino em Portugal*. Consultado em novembro de 2019, em: <https://observador.pt/especiais/oito-escolas-que-estao-a-mudar-o-ensino-em-portugal/?fbclid=IwAR1Elh9ggAEuqE8OEmxgLrtcvhuk1sAFR5iXVclYmGUaXfDvjxhv4QZefDo>

Organização das Nações Unidas. (2019). *Inventário de Migração Internacional 2019*. Consultado em dezembro de 2019, em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>

Público. *Escolas TEIP são um sucesso, mas algumas poderão sair do programa*. Consultado em dezembro de 2019, em: <https://www.publico.pt/2012/06/20/portugal/noticia/ministerio-da-educacao-pode-rever-numero-de-escolas-teip-1551245>

Webinar DGE – da informação ao conhecimento. (2019). *PPIP – Projetos de Inovação Pedagógica*. Consultado em dezembro de 2019, em: <https://webinars.dge.mec.pt/webinar/ppip-projetos-de-inovacao-pedagogica>

World Economic Forum. *A Global Standard for Lifelong Learning and Worker Engagement to Support Advanced Manufacturing*. Consultado em dezembro de 2019, em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Guiding_principles_to_enable_production_workers_for_the_future_of_work_in_manufacturing.pdf

